

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ELISETE FARIAS BRASIL

ESTUDO SOCIOECONÔMICO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE
HULHA NEGRA-RS

Hulha Negra/RS, 2012

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

ELISETE FARIAS BRASIL

**ESTUDO SOCIOECONÔMICO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO
MUNICÍPIO DE HULHA NEGRA-RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito
parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências
Econômicas

Orientador: Prof. Dr. Lauro Mattei

Hulha Negra/RS, 2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca examinadora resolveu atribuir a nota 8,0 à aluna Elisete Farias Brasil na disciplina CMN 5420 – Monografia, pela apresentação do trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Lauro Mattei

Prof. Nildo Ouriques

Dra. Sheila Vieira

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para que a conclusão deste estudo se tornasse possível.

Ao meu Orientador. Prof. Dr. Lauro Mattei, que sempre se mostrou incansável com sua orientação e colaboração para que este trabalho acadêmico se concretizasse.

A Prefeitura Municipal de Hulha Negra/RS e à UFSC, por acreditar neste projeto de Educação a Distância, oportunizando o crescimento do município e região.

*Dedico este trabalho à minha família, pela
compreensão nas horas ausentes, e pelo incentivo e
apoio dedicados para que este projeto de vida seja
concretizado.*

*“A adversidade desperta em nós capacidades que,
em circunstâncias favoráveis, teriam ficado
adormecidas”.*

Horácio

RESUMO

Vive-se numa sociedade com grandes pluralidades de opções no que se refere a formas de vida e que afeta todos os aspectos de nosso cotidiano, pois, o funcionamento do mundo contemporâneo favorece a perda da identidade local, exclusão econômica, exclusão social, perda de soberania cultural, entre outras condições excludentes. Mesmo que se aumentem os direitos humanos, que cresçam as oportunidades torna-se cada vez mais difícil ser autêntico, exigir justiça social, efetivar os direitos da maioria, enfim, dar condições para que se garanta a existência humana digna. Nesse sentido, questiona-se até que ponto o Programa Bolsa Família (PBF) é uma política pública eficaz para combater as desigualdades, a pobreza e a fome no município de Hulha Negra/RS e, desta forma, proporcionar uma melhor qualidade de vida para o conjunto da população local? Assim, busca-se com o desenvolvimento deste estudo analisar o perfil socioeconômico das famílias beneficiadas pelo PBF no município de Hulha Negra/RS, bem como analisar os impactos que o acesso a esse programa prova sobre as parcelas pobres da população do município. Nesta abordagem busca-se compreender os fenômenos de natureza social, envolvendo o entendimento do contexto social e cultural, que foi realizado através da aplicação de entrevistas com 29 famílias beneficiárias do PBF, escolhidas aleatoriamente por amostragem a partir do cadastro deste programa. Os resultados foram analisados descritivamente de modo a adequá-los à realidade do cadastro do PBF deste município, compondo-se assim, o conjunto de dados e análises para responder aos objetivos deste estudo.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família; Exclusão social; Pobreza

ABSTRACT

We live in a society with large pluralities of options regarding the ways of life and affects all aspects of our daily lives, for the functioning of the contemporary world favors the loss of local identity, economic exclusion, social exclusion, loss of cultural sovereignty, among other exclusionary conditions. Even if you raise human rights, the opportunities to grow, it becomes increasingly difficult to be authentic, demanding social justice, assure the rights of the majority, finally, to give conditions that guarantee the existence worthy. In this sense, one wonders to what extent the Bolsa Família Program (PBF) is an effective public policy to combat inequality, poverty and hunger in Hulha Negra/RS, and thus provide a better quality of life for all of the local population? Thus, we seek to develop this study to analyze the socioeconomic background of families benefiting from the PBF in Hulha Negra/RS as well as analyze the impact that access to this program does on the poorer parts of the city population. This approach seeks to understand the phenomena of social nature, involving the understanding of social and cultural context, which was performed by the application of interviews with 29 families receiving the PBF, randomly chosen at random from the register of this program. The results were analyzed descriptively in order to adapt them to the reality of the PBF registration of this municipality, and were thus the set of data and analyzes to meet the objectives of this study.

Keywords: Family Grant Program, Social Exclusion, Poverty

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Distribuição da população por gênero e faixa etária.....	33
Tabela 02: Totalização população/Famílias cadastradas no CadÚnico/Beneficiários.....	48
Tabela 03: Totalização de famílias pobres/Renda até ½ salário/Renda até R\$140,00.....	48
Tabela 04: Condicionalidade (Educação/Saúde).....	48
Tabela 05: Gênero/Estado Civil do beneficiário.....	53
Tabela 06: Números de filhos / dependentes / Total de membros da unidade familiar.....	54
Tabela 07: Condições de moradia.....	55
Tabela 08: Número de assentamentos e famílias por município na Regional de Bagé.....	56
Tabela 09: Totalização de membros da família que trabalham.....	58
Tabela 10: Renda individual do beneficiário.....	59
Tabela 11: Renda total da família do beneficiário.....	59
Tabela 12: Motivo pelo qual é beneficiário.....	60
Tabela 13: Melhoramento sobre as condições de vida do beneficiário/Atendimento das necessidades básicas.....	61

LISTA DE GRÁFICOS/FIGURAS

Gráfico 01: Taxa de crescimento anual por área.....	34
Gráfico 02: População residente por faixa etária.....	35
Gráfico 03: Perfil social (rede de abastecimento água/lixo/escoamento sanitário).....	36
Gráfico 04: População extremamente pobre no município e Estado.....	36
Gráfico 05: Participação dos setores econômicos.....	37
Gráfico 06: Taxa de crescimento do PIB por setor econômico.....	38
Gráfico 07: Admitido e desligados.....	38
Gráfico 08: Distribuição dos postos de trabalho.....	39
Gráfico 09: Distribuição percentual das cinco maiores despesas do município.....	41
Figura 01: Mapa do município e dos assentamentos.....	57

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA.....	12
1.1 INTRODUÇÃO.....	12
1.2 OBJETIVOS.....	15
1.2.1 Objetivo Geral.....	15
1.2.2 Objetivos Específicos.....	15
1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	15
1.4 ESTRUTURA DA MONOGRAFIA.....	16
CAPÍTULO 2 - REVISÃO DE LITERATURA.....	18
2.1 APRESENTAÇÃO E FINALIDADES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	18
2.2 BREVE ANÁLISE SOBRE A POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL.....	19
2.3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE A POBREZA.....	25
2.4 BREVE HISTORICO DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA.....	28
CAPÍTULO 3 - CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE HULHA NEGRA.....	31
3.1 BREVE HISTÓRICO.....	31
3.2 DIMENSÃO POPULACIONAL E TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS.....	33
3.3 SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA E INDICADORES: ESTRUTURA PRODUTIVA E DINÂMICAS ECONÔMICAS.....	36
CAPÍTULO 4 - O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO BRASIL E NO MUNICÍPIO DE HULHA NEGRA-RS.....	44
4.1 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO BRASIL.....	44
4.1.1 Provimento do Bolsa Família como um direito humano.....	45
4.1.2 O princípio da universalidade e as condicionalidades.....	46
4.1.3 Bolsa Família como direito humano.....	47
4.2 ANÁLISE DO BF NO MUNICÍPIO DE HULHA NEGRA/RS.....	47
4.3 RELATO DE PROGRAMAS SOCIAIS DESENVOLVIDOS NO MUNICÍPIO.....	51
4.4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA.....	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERÊNCIAS.....	64
APÊNDICES.....	66

CAPÍTULO 1 - TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

1.1 INTRODUÇÃO

Vive-se atualmente numa sociedade denominada por vários autores como sendo a sociedade do conhecimento, das transformações e da modernidade, onde aparece pela primeira vez na história da humanidade a possibilidade de relacionar intimamente o potencial inovador desse conhecimento com a própria essência da vida.

Conforme Strey; Kapitansky (2011) vive-se em um mundo cada vez mais globalizado, em que existe interdependência entre quase todos os setores em praticamente todas as regiões do planeta. Todavia, a propalada globalização também faz suas exigências, sendo que elas são muitas.

De acordo com Krauss (1991), à medida que os conhecimentos se expandem e a tecnologia se desenvolve, mais clara se torna a inevitabilidade dessa transformação e mais premente é a necessidade de cada ser humano investir na sua reeducação, reconstruindo sua experiência, ampliando seus horizontes, revendo seus valores e desenvolvendo suas capacitações profissionais.

Para Krauss (idem) o que tem causado impacto no mundo contemporâneo é a velocidade e a profundidade dessas mudanças, constituindo um desafio permanente para cada um de nós, tanto no campo pessoal como no profissional. Os conceitos herdados da Revolução Industrial criaram sólidas e profundas raízes nas organizações e seus dirigentes, influenciando os valores, o estilo de vida, os padrões de comportamento político, econômico e social do complexo urbano-industrial. A padronização dos produtos de consumo e a propaganda limitam as opções, a especialização aliena, a concentração urbana isola, a centralização impede as pessoas de pensarem, os bens materiais passam a ser símbolo de prestígio e sucesso, o gigantismo das cidades e empresas despessoaliza as relações de trabalho, agride o meio ambiente, cria tensões sociais, transformando os seres humanos em multidões solitárias, meras máquinas de carne e osso produtoras e consumidoras de bens e serviços.

De fato, o atual padrão mundial de produção e de comércio, caracterizado pelo processo de globalização da economia, de reestruturação produtiva e de reconversão profissional, tem introduzido mudanças radicais na vida e nas relações entre países e pessoas, provocando transformações socioeconômicas e culturais no mundo do trabalho, nos

determinantes da saúde e nas próprias políticas públicas, especialmente daquelas voltadas para o combate à fome e à exclusão social e econômica.

Portanto, o grande desafio deve estar embasado na maneira de repensar o indivíduo excluído e buscar formas mais justas de convivência baseadas não na opressão, falta de respeito, exploração e submissão, mas sim na interdependência, sensibilidade, cooperação e respeito. Isso significa colocar as pessoas no centro das preocupações das políticas públicas.

Nesse sentido, os programas destinados à superação das desigualdades sociais e de combate à pobreza precisam contemplar todas as camadas da população que se encontra em situação de vulnerabilidade social, bem como utilizar critérios adequados e equilibrados.

O Brasil criou, de acordo com informações do Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome – MDS (BRASIL, 2012), o Programa Bolsa Família (PBF) com o objetivo de aumentar a renda de milhões de brasileiros que se encontravam em situação de vulnerabilidade social, bem como contribuir para o combate à fome e à pobreza da população, reduzindo desta forma a desnutrição infantil e aumentando a frequência escolar e a participação nos programas sócios assistenciais.

Seguindo-se o MDS, este programa seleciona as famílias com base nas informações inseridas pelo município no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. O Cadastro é um instrumento de coleta de dados que tem como objetivo identificar todas as famílias de baixa renda existentes em nosso País. Assim, com base nessas informações, o MDS seleciona, de forma automatizada, as famílias que serão incluídas no Programa, cujo critério principal é a renda familiar por pessoa. Entretanto, cabe salientar que o simples cadastramento não implica a entrada imediata das famílias no Programa e o recebimento do benefício.

Para tanto, existe as chamadas “condicionalidades”, que são os compromissos assumidos, tanto pelas famílias beneficiárias do referido programa, quanto pelo poder público para ampliar o acesso dessas famílias a seus direitos sociais básicos. Isto é, por um lado, as famílias devem assumir e cumprir esses compromissos para continuar recebendo o benefício; por outro, as condicionalidades responsabilizam o poder público pela oferta dos serviços públicos de saúde, educação e assistência social. Na área de saúde, por exemplo, as famílias beneficiárias assumem o compromisso de acompanhar o cartão de vacinação e o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 7 anos. As mulheres na faixa de 14 a 44 anos também devem fazer o acompanhamento e, se gestantes ou nutrizes (lactantes), devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do bebê.

Já na área da educação, todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar devidamente matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75%. Quanto à área de assistência social, crianças e adolescentes com até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), devem participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do PETI e obter frequência mínima de 85% da carga horária mensal.

Cabe, portanto, ao poder público fazer o acompanhamento gerencial para identificar os motivos do não cumprimento das condicionalidades. A partir daí, são implementadas ações de acompanhamento das famílias em descumprimento, consideradas em situação de maior vulnerabilidade social. A família que encontra dificuldades em cumprir as condicionalidades deve, além de buscar orientações com o gestor municipal do Programa Bolsa Família (PBF), procurar o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) ou a equipe de assistência social do município. O objetivo é auxiliar a família a superar as dificuldades enfrentadas.

Desta forma, segundo Zimmermann (2012), o Programa de Transferência de Renda *Bolsa Família* tornou-se um dos principais programas de combate à fome e de garantia do Direito Humano à Alimentação no Brasil. A proposta vem sendo amplamente elogiada por cientistas sociais e por diversos meios de comunicação em nível mundial. Em recente artigo publicado pela revista britânica *The Economist* (15.09.2005), o Programa Bolsa Família é apresentado como uma nova forma de atacar um problema antigo. A revista enfatiza que o Bolsa Família vem sendo o melhor caminho para ajudar os pobres em comparação com os programas existentes anteriormente.

Na opinião de Silva/Yazbek/Giovanni (*apud* ZIMMERMANN, 2012), o PBF possui um significado real aos beneficiários, uma vez que para muitas famílias esse programa é a única possibilidade de obtenção de uma renda. Quanto à questão da quantidade de pessoas beneficiadas, o programa significa um avanço em relação aos anteriores. Entretanto, na ótica dos direitos humanos, tal Programa apresenta uma série de problemas que também serão analisados neste estudo.

Com base no contexto anteriormente exposto, este estudo procura responder a seguinte questão: até que ponto o programa bolsa família é uma política pública eficaz para combater as desigualdades, a pobreza e a fome no município de Hulha Negra/RS e, desta forma, proporcionar uma melhor qualidade de vida para o conjunto da população local?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral desse estudo é analisar o perfil socioeconômico das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família no município de Hulha Negra-RS, bem como analisar os impactos que o acesso a esse programa prova sobre as parcelas pobres da população do município.

1.2.2 Objetivos Específicos

a) Realizar uma revisão de literatura sobre a questão da pobreza no Brasil e no estado do RS nas duas últimas décadas, bem como das políticas públicas adotadas para combater o problema;

b) Elaborar uma caracterização socioeconômica do município de Hulha Negra-RS, destacando-se a evolução das variáveis sociais;

c) Caracterizar o Programa Bolsa Família, suas principais normas e ações em nível nacional como no município estudado, analisando-se tanto os indicadores quantitativos como os qualitativos;

d) Apresentar e analisar os principais resultados do estudo de caso no município, realçando as repercussões do programa sobre a segurança alimentar e nutricional, bem como aspectos gerais de funcionamento do programa que visam a garantia do direito de todos a uma alimentação adequada.

1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo caracteriza-se como exploratório-descritivo, com abordagem qualitativa e quantitativa. Nesta abordagem busca-se compreender os fenômenos de natureza social, envolvendo o entendimento do contexto social e cultural (MINAYO, 2006).

De acordo com Marconi; Lakatos (2008, p. 71), os métodos exploratórios utilizados numa pesquisa social, são investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade. Isto é, desenvolver hipóteses, aumentar a

familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos.

Para essas mesmas autoras, com a utilização deste método, empregam-se geralmente procedimentos sistemáticos ou para a obtenção de observações empíricas ou para as análises de dados (ou ambas, simultaneamente). Obtêm-se frequentemente descrições tanto quantitativas quanto qualitativas do objeto em estudo, neste caso específico, a análise a situação sócio econômica do programa Bolsa Família no município de Hulha Negra/RS, onde se procura conceituar as inter-relações entre as propriedades do fenômeno e ambiente observado que, segundo Minayo (2004, p.27), busca-se entender todas as contradições e conflitos que permeiam este caminho investigativo, uma vez que a realidade se apresenta como uma totalidade que envolve as mais diferentes áreas de conhecimento e também ultrapassa os limites da ciência.

Assim, para o desenvolvimento da pesquisa serão entrevistadas (com questionários de perguntas fechadas) 29 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Os entrevistados serão escolhidos por amostragem a partir do cadastro do Programa Bolsa Família (PBF). Os resultados serão analisados descritivamente de modo a adequá-los à realidade do cadastro do PBF do cadastro CadÚnico do Município de Hulha Negra/RS.

A coleta de dados será realizada com base nos dados cadastrais do programa Bolsa Família, com ênfase na documentação das famílias contempladas com o respectivo programa, uma vez que o objetivo geral deste estudo permite à pesquisadora explorar, a partir de um foco ou tema específico com determinado grupo, discutir os aspectos gerais sobre o mesmo (VÍCTORA, KNAUTH; HASSEN, 2000).

As fases quantitativa e qualitativa se complementarão no decorrer do trabalho de forma a disponibilizar um conjunto de dados e análises que irão compor o conjunto do trabalho final.

1.4 ESTRUTURA DA MONOGRAFIA

De modo que se possa ter melhor entendimento sobre este estudo, dividiu-se e se organizou estruturalmente esta pesquisa em capítulos, como se apresenta a seguir.

No primeiro capítulo apresenta-se o tema e a problemática da pesquisa, bem como seus respectivos objetivos, justificativa e os procedimentos metodológicos necessários para que se possa contemplar os objetivos do estudo.

No segundo capítulo: revisão da literatura, o estudo traz para o contexto os conceitos e definições do programa Bolsa Família, além disso, uma breve reflexão sobre a pobreza e exclusão social no Brasil, bem como uma síntese sobre as políticas pública de combate à pobreza e um breve histórico sobre os programas de transferência de renda, entre outros itens que ao longo do desenvolvimento do estudo irão se complementar e integrar ao mesmo tempo.

Para o terceiro capítulo, reservou-se à caracterização do município de Hulha Negra/RS. Ou seja, a situação geográfica, dimensão populacional, estrutura produtiva e principais dinâmicas econômicas, e uma análise sobre a situação socioeconômica do município, apresentando-se os indicadores nas áreas da saúde, educação, habitação, saneamento e emprego e renda. Além disso, procura-se apresentar e analisar a evolução do IDH do município em conformidade com o Estado do RS.

Já, no quarto capítulo, apresenta-se uma síntese sobre o programa Bolsa Família no Brasil e no município de Hulha Negra/RS, com suas respectivas análises dos dados encontrados, contribuindo-se para o fechamento da pesquisa, isto é, o capítulo final que busca contemplar satisfatoriamente o presente estudo.

CAPÍTULO 2 - REVISÃO DE LITERATURA

Para o desenvolvimento deste estudo, toma-se como ponto de partida o que se denomina de ‘revisão da literatura’, pois são estes temas que se contextualiza como forma e meio de embasamento para a concretização desta pesquisa.

Neste sentido, procura-se apresentar nos itens seguintes, uma breve reflexão e análise sobre o estudo e pensamento de estudiosos e pesquisadores encontrados na literatura pertinente, que se dedicaram a buscar o conhecimento desta realidade, possibilitando assim, um estudo sistemático que possibilite a compreensão e interpretação como contribuição para a ampliação do conhecimento.

2.1 APRESENTAÇÃO E FINALIDADES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

No que diz respeito ao Programa Bolsa Família (PBF), encontra-se na literatura pertinente que ele foi criado com o objetivo de apoiar as famílias mais pobres, garantindo a elas o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde. Tem também como finalidade a inclusão social dessa faixa da população brasileira, que se efetiva por meio da transferência de renda e da garantia de acesso a serviços essenciais.

No endereço eletrônico do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2012), encontra-se que o PBF é um programa de transferência direta de renda, porém, com determinadas condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. Este Programa integra o ‘Fome Zero¹’ que tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a conquista da cidadania pela população considerada mais vulnerável à fome.

Atualmente, encontra-se que o PBF, atende mais de 13 milhões de famílias em todo território nacional. Entretanto, um dos condicionantes para o benefício está condicionado à renda familiar por pessoa, limitada a R\$ 140, do número e da idade dos filhos. Assim, o valor do benefício recebido pela família pode variar entre R\$ 32 a R\$ 306.

Nesse sentido, observa-se que diversos estudos apontam para a contribuição do Programa na redução das desigualdades sociais e da pobreza. O 4º Relatório Nacional de

¹ O FOME ZERO é uma estratégia impulsionada pelo governo federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. Tal estratégia se insere na promoção da segurança alimentar e nutricional buscando a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome (Fonte: <http://www.fomezero.gov.br/>).

Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio aponta queda da pobreza extrema de 12% em 2003 para 4,8% em 2008. O Programa possui três eixos principais: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Já os programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade. (BRASIL, 2012).

A gestão do PBF é descentralizada e compartilhada por União, estados, Distrito Federal e municípios, três entes federados que trabalham em conjunto para aperfeiçoar, ampliar e fiscalizar a execução do referido Programa, instituído pela Lei 10.836/04 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/04. A lista de beneficiários é pública e pode ser acessada por qualquer cidadão, que no decorrer do desenvolvimento deste estudo procura-se esclarecer, apresentar e analisar suas características e particularidades. Antes, porém, apresenta-se alguns tópicos que irão complementar o entendimento e compreensão desta pesquisa.

2.2 BREVE ANÁLISE SOBRE A POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL

De acordo com Silva (2010), falar de exclusão social é mesmo que remeter ao debate europeu, onde Pagan e Castel criticam o conceito de exclusão social por entenderem que o termo como portador de indeterminação. Esses autores, segundo a mesma autora, consideram a necessidade de recorrência a conceitos como “desfiliação social” e “desqualificação social” para atribuir uma dimensão de processo ao conceito de exclusão social.

Com isso Silva (*idem*) refere que o ponto central deste debate diz respeito à amplitude do conceito de exclusão social, que é utilizado para designar pessoas e grupos vivenciando as mais diversas situações. Isto é, desfiliações para Castel e desqualificados para Pagan.

Conforme Rodrigues et al., (2012), a exclusão configura-se como um fenômeno multidimensional, como um fenômeno social ou um conjunto de fenômenos sociais interligados que contribuem para a produção do excluído. Coexistem, ao nível da exclusão, fenômenos sociais diferenciados, tais como o desemprego, a marginalidade, a discriminação, a pobreza, entre outros.

Nesse sentido, Veras (*apud* SILVA, 2010) entende-se que o termo exclusão refere-se às minorias, como por exemplo, os negros, homossexuais, pessoas com deficiência, favelados,

meninos de rua, catadores de lixo, entre outros, desconsiderando e ignorando seu caráter processual e dinâmico das situações e sua natureza estrutural e multidimensional.

Paugan (*apud* SILVA, 20120), aponta que o termo ‘nova pobreza’ prevalente nos anos 80 foi sendo substituído pela categoria ‘exclusão social’ nos anos 90, especialmente na França. Com isso o autor quer dizer que esta categoria foi assim denominada de modo que fosse possível alcançar outras camadas que se encontram num processo progressivo de dificuldades, decorrentes principalmente do desemprego prolongado e da precarização do trabalho, divergindo de Castel. Isto porque, enquanto ele refere à ‘desqualificação social’ como um processo que desfaz os vínculos sociais, como compreensão mais adequada do que vem sendo denominado de exclusão social, Castel aponta que as ‘armadilhas sociais’ tem ligação direta com as modalidades de miséria do mundo, incluindo-se aí, também, o desempregado de longa duração, o jovem da periferia, o sem domicílio fixo, entre outras categorias de situação vulnerável.

Sen et al., (*apud* DIAS, 2010), contribui com o exposto quando afirma que a pobreza pode atingir níveis diferentes e pode se revelar de distintas formas, uma vez que, ela pode ser identificada num processo multidimensional, onde não existe apenas uma causa explicativa, mas sim várias faces e vertentes para a sua configuração.

Dias (*idem*) destaca que o pobre não é somente privado economicamente, ele sofre também outras limitações, que por vezes perpassa a conceituação habitual do seu termo. Sendo assim, o uso da palavra pobreza pode nos levar a diferentes reflexões.

No que se refere ao Brasil, nota-se que exclusão social tem conotação totalmente diferente dos autores apontados nos parágrafos acima. Conforme Sposati (*apud* SILVA, 2010), diz respeito a “perda virtual de uma condição nunca alcançada”. Isto é, se refere a população que sempre esteve à margem da sociedade e nunca participou do que o autor chama de sociabilidade ordinária.

Kowarick (*apud* SILVA, 2010), vai além do exposto quando refere que em nosso país se tem uma sociedade extremamente marginalizadora do ponto de vista econômico e social, pois a nossa sociedade é constituída de um contingente populacional de trabalhadores assalariados, cujos rendimentos são ínfimos ou autônomos e, sendo assim, os levam a uma vida precária e sem nenhuma proteção social

Nesse sentido, Silva (2010) explica que a pobreza no Brasil teve como consequência para seu aprofundamento, fundamentos apoiados num desenvolvimento concentrador da riqueza socialmente produzida e dos espaços territoriais, representados pelos grandes

latifúndios no meio rural, e pela especulação imobiliária no meio urbano, enraizadas na formação sóciohistórica e econômica da sociedade brasileira.

Nota-se, de acordo com Rodrigues et al., (2012), que a pobreza e exclusão reforçam-se mutuamente, pois a exclusão do mercado de trabalho gera pobreza e esta, conseqüentemente, impede o acesso a bens e serviços socialmente relevantes, como habitação, saúde, lazer. Para estes autores (idem), um excluído será aquele que não consegue configurar uma identidade (social) no trabalho, na família ou na própria comunidade onde está inserido.

Sendo assim, estes indivíduos tornam-se um excluído das relações sociais e do mundo das representações a elas associadas, como aponta Rosanvallon (*apud* RODRIGUES et al., 2012, p. 66), “os excluídos não constituem uma ordem, uma classe ou um corpo. Eles indicam, antes, uma falta, uma falta do tecido social”. Nesse sentido, de acordo com estes autores (idem), a pobreza e a exclusão, vão aparecer e configurar-se associadas ao surgimento de ‘classes perigosas’ ou ‘marginais’, que põem em causa a estabilidade e anormalidade sociais e que interessará ‘acantonar’, do ponto de vista político, para melhor controlar.

Percebe-se, portanto, que a pobreza é uma das dimensões, senão a mais visível, da exclusão social. Empiricamente, conforme Rodrigues et al., (2012), a utilização difusa do termo exclusão social tende, em alguns discursos, a substituir o de pobreza.

Para Giddens (*apud* DIAS, 2010), as explicações para a pobreza são diversas e muitas, entretanto podem ser agrupadas em dois tópicos que o autor aponta como principais. Isto é, primeiro as teorias que vêem os indivíduos pobres como responsáveis por sua própria pobreza; e segundo, as teorias que enxergam a pobreza como algo produzido e reproduzido por forças estruturais da sociedade. Assim, para este mesmo autor (idem), são abordagens concorrentes, pois há uma teoria que aponta para a responsabilização do indivíduo e outra que recais no sistema.

Já Malthus (*apud* DIAS, 2010), tem uma visão estruturada para a causa da pobreza ligando o fato desses indivíduos se reproduzirem em uma escala maior que sua capacidade de produzirem os alimentos necessários para sua sobrevivência; isto é, há uma desproporção relativa a taxa de natalidade com a quantidade produzida de alimentos necessários. E vai além do exposto quando afirma que a culpa maior da pobreza seja dos próprios indivíduos, pois para o autor, estes sujeitos não têm determinação e força de vontade para trabalhar.

Percebe-se, portanto, que definir pobreza é uma tarefa complexa, pois para efetivar sua determinação existem várias formas e aspectos conceituais. Nesse sentido, vários estudos são desenvolvidos, cujo objetivo busca diferenciar pobreza absoluta e a pobreza relativa, onde a pobreza absoluta diz respeito aos indivíduos ou famílias que não possuem o necessário para a

sua sobrevivência, isto é, de acordo com Rocha (2006) ressalta os componentes básicos, vitais, imprescindíveis para a satisfação da necessidade do indivíduo. Pobreza absoluta é o estado em que os indivíduos não conseguem satisfazer suas necessidades físicas, a exemplo de, alimentar-se, uma necessidade vital para qualquer ser humano.

Já, no que se refere à pobreza relativa, este mesmo autor (idem) refere que corresponde a outro estágio, ou seja, as necessidades vitais estão satisfeitas, mas há necessidades não satisfeitas que são importantes para o indivíduo, pois disto depende a sua inserção enquanto membro de um dado grupo.

Observa-se, portanto, que a pobreza é um fenômeno de difícil mensuração e não pode simplesmente ser entendido como o faz o método quantitativo, até porque ela é sentida. As pesquisas qualitativas, neste aspecto, representam um avanço, pois constituem-se em pesquisas que propõem a compreensão do fenômeno da pobreza à luz da própria trajetória de vida dos que estão nesta condição. Conforme Salama et al., (1999), ainda falta muito para que tal fenômeno não seja visto apenas como um problema de natureza econômica, política e ideológica e passe a ser encarada como uma violação dos direitos do homem.

Nesse contexto, segundo Bajoit (2006), a pobreza, dada as circunstâncias econômicas sociais atuais, só pode ser compreendida na sua multiplicidade, na sua complexidade. Assim, políticas de enfrentamento ao problema precisam pautar-se em fatores que permitam uma caracterização mais aproximada do fenômeno. Considerar o critério renda como fator de explicação da pobreza não revela a sua complexidade, conseqüentemente, são frágeis as ações direcionadas para o seu combate com base neste critério. Este mesmo autor (idem), ao se posicionar criticamente sobre a definição de pobreza enquanto ausência de renda, direciona a discussão para as suas diferentes manifestações, o que implica em reordenamentos das políticas sociais para o atendimento da demanda dos diferentes grupos atingidos por diversas situações de vulnerabilidades sociais. Contudo, ressalta-se que a renda é também um critério de mensuração quando se elabora programas destinados a populações pobres, em que há a necessidade de se identificar entre as inúmeras situações de pobreza as mais críticas. Isto devido a impossibilidades, por diversas restrições, de se atingir toda a população que deveria ser contemplada. (BAJOIT, 2006, p.04).

Demo (2003, p.04) apresenta outra dimensão diferente dos autores citados acima, isto é, a pobreza não é decorrente apenas da má distribuição de renda e da falta de crescimento econômico, e não será erradicada por transferência monetária de renda. Analisar a pobreza em sua dimensão política é desvelar conflitos existentes que envolvem esta problemática. Este autor desloca o eixo da discussão sobre a pobreza para uma análise dos processos

contraditórios intrínsecos ao capitalismo. Ao se posicionar desta maneira, critica tanto as concepções neoliberais sobre o afastamento do Estado quanto as concepções que apostam no Estado ou na capacidade solidária de a sociedade resolver o problema.

De acordo com Demo (2003), a função do Estado aliada à do mercado, é a de atender o bem-comum, isto só é possível pelo controle democrático destas duas instâncias às quais a sociedade não pode submeter-se. Os pobres têm capacidade para resolução de seus dilemas, para isto, basta que esta condição seja construída a partir de políticas sociais emancipatórias.

Importante destacar quanto às colocações de Demo, que o controle democrático de uma sociedade depende de uma conjuntura em que aos atores sociais devem ser disponibilizadas condições mínimas de sobrevivência, ou seja, controlar democraticamente ações do Estado requer um mínimo de garantia dentro do processo produtivo. Atualmente, a distância é visível. Para as populações pobres, os programas de transferência de renda têm sido este mínimo. Nesse sentido, a questão recai na situação em como esse mínimo pode se transformar em direitos, em garantias institucionalmente legalizadas. O Programa Bolsa Família ainda não tem esta prerrogativa, o que não se descarta, tal proposta. Para isto é preciso tratar o enfrentamento à pobreza no âmbito do direito.

Nota-se, portanto, que o aprofundamento dos instrumentos avaliativos da pobreza conduz a novos enfoques e, conforme destaca Kanbur e Squire (*apud* MOREIRA et al., 2012, p.01), uma abordagem empírica para mensurar a pobreza implica questionar às pessoas sobre o que constitui para elas a pobreza; por exemplo, deve ser pedida qual renda é considerada o mínimo necessário para fazer frente às despesas. Os autores destacam que em trabalhos recentes, onde foram utilizadas avaliações participativas da pobreza, a avaliação foi muito mais aberta, interativa e qualitativa, permitindo que as pessoas descrevessem o que constitui pobreza em qualquer dimensão que elas escolham.

Conforme Moreira et al., (2012), de acordo com esta abordagem, há dois aspectos da pobreza que emergem da avaliação participativa e que não são capturados nas avaliações convencionais. Primeiro, uma preocupação sobre o risco e a volatilidade das receitas, que é freqüentemente expressada como um sentimento de vulnerabilidade. As descrições feitas pelas pessoas pobres sobre como as flutuações do mercado, cortes e crises afetam o bem-estar delas. Transmite uma compreensão da pobreza como um estado e não apenas o fato de ter pouco, mas, também, de ser vulnerável a perder o pouco tem. A segunda dimensão é a falta de poder político, que freqüentemente é descrita como um sentimento de impotência, como a característica mais fundamental da pobreza.

De acordo com Kanbur e Squire (*apud* MOREIRA et al., 2012), as avaliações participativas podem enriquecer a compreensão da pobreza sob a perspectiva do pobre e conduzir às ações públicas que são percebidas pelo pobre para beneficiá-los. Esta extensão da definição da pobreza, especialmente a adição de vulnerabilidade e impotência, provavelmente não muda significativamente a visão do que é pobre, um termo que é difícil de estabelecer de forma precisa, assim como é o caso dos indicadores de desenvolvimento humano, pois não há em nível doméstico, medidas de vulnerabilidade ou de impotência e, por isso, não se consegue distinguir os pobres dos não pobres. Além disso, as medidas de exposição ao risco do investimento na própria capacitação, negócios entre outros, podem ser muito elevadas para os indivíduos com renda muito baixa. Isto não é claramente o que povos têm em mente quando se referem à vulnerabilidade. Os resultados encontrados nas avaliações participativas sugerem uma necessidade de pesquisas adicionais para identificarem os pontos fracos e fortes relacionados às diferentes abordagens e para determinar como melhor utilizar as abordagens das avaliações convencionais e participativas.

Em decorrência dessas diferentes abordagens, Codes (*apud* MOREIRA et al., 2012), considera a pobreza sob uma perspectiva de multidimensionalidade, onde se abre espaço para o tratamento do fenômeno enquanto “armadilha da privação”. Nesse sentido, esses autores afirmam que a pobreza é percebida como um conjunto de problemas mais abrangentes, constituintes de um emaranhado de fatores que se retroalimentam e que, ao entrarem em sinergia, dificultam a superação de situações de pobreza. No Relatório de Desenvolvimento Humano de 1997, o PNUD destaca as várias dimensões da pobreza e que o desejo de mensurá-la tem às vezes se tornado obscurecido pelo fato da pobreza ser muito complexa não podendo ser reduzida à uma simples dimensão da vida humana. A pobreza neste relatório é conceituada e avaliada a partir de três perspectivas:

1. Perspectiva da renda – uma pessoa é pobre se, e somente se, seu nível de renda está abaixo da linha de pobreza definida. Muitos países adotaram a linha de pobreza para monitorar o progresso na redução da incidência de pobreza. Frequentemente o corte da linha de pobreza é definido em termos de ter renda suficiente para uma quantia específica de alimentos.

2. Perspectiva de necessidades básicas – a pobreza é a privação de bens minimamente requeridos para suprir as necessidades humanas, incluindo alimentos. Este conceito de privações foi bem além da falta de renda privada: inclui as necessidades para saúde básica e educação e serviços essenciais que tem que ser fornecidos pela coletividade

para prevenir que as pessoas caiam em vulnerabilidade social. Ele também reconhece a necessidade de emprego e participação.

3. Perspectiva de Capacidade – a pobreza representa a ausência de algumas capacidades básicas para funcionar – a falta de oportunidade para uma alcançar alguns níveis aceitáveis destas funções. As funções relevantes para esta análise pode variar de aspectos físicos como nutrição, estar adequadamente vestido e protegido, evitando morbidade, mais complexa das conquistas como participação na vida da comunidade. A abordagem da capacidade reconcilia as noções de pobreza absolutas e relativas, mesmo a privação relativa em renda e bens de consumo pode levar a uma privação absoluta de capacidades mínimas. (PNUD, 1997 *apud* MOREIRA et al., 2012, p. 16)

Conforme Moreira et al., (2012), outra dimensão que tem ganhado importância está ligada ao sentimento de impotência e desmotivação frente ao risco. Destaca-se que o auto-risco impede os pobres de se engajarem em atividades de auto-retorno no longo prazo, desestimulando investimentos com capacidade de superar a situação de pobreza, como investimento em qualificação.

Nessa perspectiva, os autores destacam que a saúde e a educação para a pobreza são importantes componentes de uma estratégia de redução da pobreza dentro de seus direitos próprios e são elementos essenciais para ajudar os pobres a aumentarem seus rendimentos. No entanto, há outros fatores que fornecem uma plataforma para a redução da pobreza, como por exemplo, ações que reduzem riscos ou proporcionam segurança contra o risco de ampliar o leque de oportunidades disponíveis para os pobres e lhes permitam aproveitar melhor as estratégias para reduzir a pobreza, se essas estratégias incidirem sobre saúde, educação, ou possibilidades de ganho de renda.

Enfim, buscar o entendimento para identificar as causas da pobreza e como são gerados os processos que a envolvem, assim como identificar as possíveis soluções e caminhos para seu enfrentamento, constitui-se como foco deste estudo e procura-se no decorrer desta pesquisa responder a este questionamento com o desenvolvimento dos itens subsequentes.

2.3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE A POBREZA

De acordo com Silva (2010), a temática que envolve as questões sobre a pobreza tem sido objeto de discussão e, ao mesmo tempo, preocupação no campo teórico-conceitual e de

intervenção social, verificando-se explicações sobre a emergência, persistência e sua ampliação globalizada.

Nota-se, portanto, que a partir das diferentes concepções que se tem a respeito das causas e consequências é que se vai partir para a orientação, construção e implementação de alternativas de políticas públicas para tais fins.

Katz (*apud* SILVA, 2010), refere que entre as concepções explicativas e inspiradoras de políticas de intervenção sobre a pobreza, têm-se as abordagens, que este autor considera culturalistas, pois centralizam sua explicação nos comportamentos e valores dos indivíduos e suas famílias. Isto é, orientam-se por valores morais tradicionais que situam o pobre como diferente e portador de uma cultura inferior reprodutora da situação de pobreza dos adultos e de seus descendentes.

É, porém, na visão de Silva (2010), o paradigma de inspiração liberal, nas suas diferentes variações, o mais recorrente nas explicações e nas orientações de políticas públicas na sociedade capitalista. Nesse campo, o mercado se configura como o espaço natural de satisfação das necessidades econômicas e sociais dos indivíduos, sendo as políticas públicas reduzidas a ações residuais ou marginais, compensatórias, tendo em vista o alívio de situações de pobreza extrema.

De acordo com Wanderley (1998), temáticas como desenvolvimento humano, desenvolvimento sustentado, pobreza e exclusão estão presentes tanto na literatura contemporânea como nas discussões concordantes e discordantes que se travam nos organismos internacionais e nacionais.

Para essa mesma autora (*idem*), avaliações, quantitativas e qualitativas dos resultados das modalidades de desenvolvimento, como foram executadas no mundo todo, mostram que crescimento e desenvolvimento econômico não levam necessariamente ao desenvolvimento humano e tampouco às necessárias soluções para a questão da pobreza e exclusão social do indivíduo. O escândalo da miséria, das enormes desigualdades sociais, da vida não-humana de milhares de seres humanos, nos cinco continentes, estão aí para comprovar o argumento. A distribuição de renda não é consequência automática de seu crescimento.

O Brasil, segundo Pochmann (*apud* ARCOVERDE, 2006), dentre os 162 países do mundo detém a terceira pior desigualdade de renda, sendo considerado, inclusive, África do Sul. Estatisticamente, dez por cento dos ricos ganham 50 vezes mais do que os 10% mais pobres e que compartilham 1% apenas da riqueza socialmente produzida e acumulada; 20% da população apresentam renda per capita acima de R\$ 540,00 reais e 25% dos brasileiros

vivem em condições precárias, sem renda, emprego, acesso à educação, acumulando desigualdades não só de renda, mas política, social, cultural, moral e simbólica.

Para esta mesma autora (idem), o índice de desenvolvimento humano (IDH) médio do Brasil, e que é determinado por indicadores de renda, educação e saúde, é 0,739 o que coloca o país numa 79ª posição dentre os mesmos 162 países acima referidos. Em contrapartida, somos depois de 2000 a nona economia mundial.

Conforme Arcoverde (2006), fatores conjunturais, mas, sobretudo os estruturais, são apontados como responsáveis pela concentração de riquezas, salários baixos e juros altos. A solução do problema para alguns se resolveria via estabilidade e crescimento da economia e melhoria da estrutura educacional, que são mecanismos de mercado. Existe correlação entre desigualdade de renda e nível educacional, inclusive provocando lutas sociais, mas o que se tem de fato é um sistema tributário desfavorável à redistribuição de renda e uma agenda pública que não prioriza o social nos gastos públicos e nem nas políticas públicas. É urgente e indispensável realizar a redistribuição de renda no país, ampliando os gastos sociais com a população privada do acesso e dos bens e serviços de que precisa para participar de uma humanidade igualitária e/ou emancipada.

O entendimento, segundo Silva (2010) é de que o sistema de produção capitalista, centrado na expropriação e na exploração para garantir a mais valia, e a repartição injusta e desigual da renda nacional entre as classes sociais são responsáveis pela instituição de um processo excludente, gerador e reproduzidor da pobreza, entendida enquanto fenômeno estrutural, complexo, de natureza multidimensional, relativo, não podendo ser considerada como mera insuficiência de renda. É também desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida; é não acesso a serviços básicos; à informação; ao trabalho e a uma renda digna; é não participação social e política.

Esse entendimento, para Silva (2010) permite desvelar valores e concepções inspiradoras das políticas públicas de intervenção nas situações de pobreza e as possibilidades de sua redução, superação ou apenas regulação. Entretanto, Arcoverde (2006), aponta que as respostas dadas pelo Estado às manifestações da questão social são limitadas e não conseguem ultrapassar o viés da emergência, da assistência, do clientelismo, o imediato e do conservadorismo, apesar do avanço legislativo e dos discursos pró-inclusão, pró-redução da pobreza, pró-social.

De acordo com Arcoverde (2006), evidentemente, existem propostas de enfrentamento da questão social nos âmbitos estadual e municipal, sinalizando para a universalização de

direitos, mas são ainda insuficientes e pontuais para provocar impactos nos indicadores de pobreza e desigualdade social.

Assim, a partir do exposto acima, observa-se que as manifestações da questão social, em cada momento histórico, assumem determinados contornos, mas se renovam, ampliam e se tornam mais e mais complexas, com novas contradições que remetem, em última instância, a problemáticas particulares e desafiantes para o seu enfrentamento pela via exclusiva do acesso a benefícios vinculados à inserção produtiva no mercado de trabalho. Conforme Arcoverde (2006), as desigualdades sociais, econômicas, culturais, morais e simbólicas contemporâneas requerem que o Estado assuma sua função social e o desafio de superar as estratégias encaminhadas pelo capital para processar a acumulação.

Conforme Bueno (2012), a pobreza é assim representada como perigosa, politicamente fraca, desorganizada etc., com o objetivo de manter o pobre adormecido para a luta, controlando sua potência. As consequências dessas representações impedem que o problema seja atacado em sua real dimensão, além de estimular a manutenção do quadro de desigualdade social existente no país. E é por isso que é preciso dizer: O Programa Bolsa Família é um direito humano sim!

2.4 BREVE HISTORICO DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

No tocante aos programas de transferência de renda no País, convém lembrar que antes de se realizar qualquer tipo de reflexão e análise a respeito desses programas, necessita-se recorrer os caminhos investigativos que sucederam ao longo da história. Assim, neste item, apresenta-se sucintamente suas estruturas, funcionamentos e o modo como foi concebida a integração destes programas.

De acordo com Santana (2007), O programa Bolsa escola, criado no ano de 1996, foi a primeira experiência em nível nacional de instituição de um programa de transferência de renda. A partir de então, outras experiências em nível municipal já haviam sido implementadas, mas somente na segunda metade dos anos 90 é que este tipo de política social ganha espaço. Assim, de modo que esta visão pudesse verdadeiramente efetivar as ações de erradicação da pobreza no Brasil, no ano de 2004 foi criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), dando início ao processo de “migração” dos beneficiários de antigos programas de transferência de renda (Auxílio Gás, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação) para um programa que consolidasse todas estas ações e atendesse a família como um núcleo formado por membros com diferentes necessidades. Esse programa foi chamado de Bolsa Família e passou a ser o principal programa do MDS. Após

alguns anos o processo de migração dos programas para o Bolsa Família ainda se encontra em curso. Abaixo apresenta-se, de acordo com Santana (2007), os programas anteriores:

Auxílio Gás: o objetivo do programa é subsidiar, para as famílias pobres, a compra de botijão de gás para cozinhar. Este benefício é destinado a famílias de baixa renda que estavam inscritas no Programa Bolsa Escola e no Cadastro Único dos Programas Sociais. O Auxílio Gás tem um diferencial de pagamento em relação aos outros programas, ele oferece um valor de benefício mensal de R\$ 7,50 que é pago a cada bimestre. Ou seja, de dois em dois meses cada família recebe o valor de R\$ 15,00. Este programa não exige nenhum tipo de contrapartida por parte da família beneficiária.

Bolsa Escola: o objetivo do programa é incentivar a permanência de crianças de famílias pobres na escola. Para isso destina às famílias com renda *per capita* inferior a R\$ 90,00 e que têm crianças de 6 a 15 anos matriculadas no ensino fundamental regular o benefício mensal de R\$ 15,00 por criança. Cada família pode ter, no máximo, três crianças inscritas no programa, ou seja, pode receber um benefício de até R\$ 45,00 e é exigida a contrapartida de frequência à escola das crianças de 90% das aulas.

Bolsa Alimentação: este programa é dirigido à melhoria das condições de saúde e nutrição de gestantes e nutrizes (mães que estejam amamentando filhos com até seis meses de idade) e também para crianças com seis meses a seis anos e onze meses de idade em famílias com renda *per capita* de até R\$ 90,00. O valor do benefício é de R\$ 15,00 mensais por beneficiário com limite de três beneficiários por família, perfazendo um valor máximo de R\$ 45,00. Este programa também exige contrapartida familiar. O benefício é vinculado a uma agenda de participação em ações básicas de saúde como exames pré-natal, vacinação, acompanhamento do crescimento, incentivo ao aleitamento materno e atividades educativas em saúde.

Cartão Alimentação: este programa, criado no governo Lula, não foi concebido com a intenção de substituir os demais programas de transferência de renda, mas sim alicerçar um piso que assegure a alimentação das famílias pobres. O valor de benefício é de R\$ 50,00 e a ele se agregam outros benefícios que eventualmente as famílias já recebam. Além da obrigatória aplicação dos recursos na alimentação familiar, o programa exige, como contrapartida, que as famílias beneficiárias que possuam adultos analfabetos que frequentem cursos de alfabetização e cumpram contrapartidas específicas exigidas em cada região.

Bolsa Família: este Programa tem como objetivo combater a fome e a miséria e promover a emancipação das famílias mais pobres do país. Para tanto, o governo federal concede, mensalmente, um benefício em dinheiro para as famílias selecionadas. Atualmente,

o Programa destina-se às famílias com renda *per capita* de até R\$ 60,00 mensais e famílias com renda *per capita* de R\$ 60,01 a R\$ 120,00 que possuam criança de 0 a 15 anos. De acordo com a renda *per capita* da família, o número de crianças, gestantes e nutrizes o benefício pode variar de R\$ 15,00 a R\$ 95,00. As famílias com rendimento *per capita* de até R\$ 60,00, independentemente de sua composição familiar, recebem benefício no valor de R\$ 50,00. Este é o chamado benefício básico. Já o variável concede um valor de R\$ 15,00 para cada criança ou adolescente de até 15 anos por família até o limite de três filhos por família.

Este mesmo autor ressalta também que há casos em que a família recebe benefício superior aos apontados, pois estes valores estão vinculados aos chamados “Benefício Variável de Caráter Extraordinário” (BVCE) que é concedido às famílias dos Programas Remanescentes (Programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás), cuja migração para o PBF implique perdas financeiras à família. Para esses beneficiários, o valor concedido é calculado caso a caso e possui prazo de prescrição.

Convém observar que o governo também estabeleceu, para as famílias que participam do programa, condicionalidades visando se certificar do compromisso e da responsabilidade de quem recebe os benefícios, como já se fez referência anteriormente. Estas condicionalidades são: acompanhamento de saúde e do estado nutricional das famílias, ou seja, todos os membros da família beneficiária devem participar do acompanhamento de saúde, principalmente as gestantes e mães que amamentam que devem fazer exames de pré-natal, participar de palestras educativas desenvolvidas pelas equipes de saúde sobre aleitamento materno e alimentação saudável; a frequência à escola, quando todas as crianças em idade escolar (de 6 a 15 anos) devem estar matriculadas e frequentando o ensino fundamental; por fim, todas as famílias beneficiárias devem participar de ações de educação alimentar oferecidas pelo Governo Federal, estadual e/ou municipal, quando oferecidas (SANTANA, 2007).

Nota-se, portanto, que o processo de combate a fome e a miséria teve início por meio de experiências pioneiras em municípios de São Paulo (Campinas, Ribeirão Preto e Santos), posteriormente em Brasília (Programa Bolsa Escola de Brasília) evoluindo gradativamente, até chegar os dias atuais, através dos programas federais e estaduais, orientados pela possibilidade de contribuir para a inclusão social de famílias pobres e extremamente pobres.

CAPÍTULO 3 - CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE HULHA NEGRA

3.1 BREVE HISTÓRICO

De acordo com o IBGE² (2010), o município de Hulha Negra situa-se numa região historicamente muito disputada por índios, portugueses e espanhóis, tendo assim forte vínculo militar, já que as margens do Rio Negro, serviram para acampamentos militares, na disputa pelas terras do século XVIII.

O estabelecimento de núcleos populacionais, datam de 1811, época da fundação de Bagé, retratando as demarcações de fronteira, pela doação de sesmarias a militares e civis como retribuição pelos combates.

A trágica degola do Rio Negro, em 1893, é referencial histórico, inclusive faz parte dos contos populares através da Lenda da Lagoa da Música. Consta este episódio, do assassinato de 300 prisioneiros republicanos pelas forças do Partido Libertador. A primeira denominação de Hulha Negra, foi Rio Negro, devido ao fato ocorrido. Somente com o início da exploração do carvão mineral, a localidade passa a ser chamada de Hulha (pedra, carvão mineral) Negra.

Embora grande parte do território fosse propícia para a agricultura, em 1880, a atividade econômica estava voltada para a pecuária extensiva. Em 1884, instala-se ao longo da rede ferroviária, um centro de circulação de atividades comerciais, originando pequenopovoado. É com a chegada, em 1925, de imigrantes alemães, que a agricultura começa a ser explorada. Hoje cerca de 20% da população é composta por pessoas de origem alemã.

A criação da Colônia Rio Negro, hoje Trigolândia, em 1925, deflagra o processo de colonização, a partir daí, teremos a Colônia Salvador Jardim em 1964, a Colônia Nova Esperança, em 1978 e assentamentos dos colonos veiculados ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, de 1989, até os dias de hoje, como por exemplo, Conquista do Jaguarão em 1997.

Os primeiros colonos alemães que aqui se instalaram, vieram por Pelotas. Há informações de que, anteriormente a, outros grupos de pequenos agricultores de Pelotas haviam imigrado para Hulha Negra, na maioria de origem francesa, e das Ilhas Canárias,

² Fonte: IBGE (2010)

porém não se consolidaram enquanto organização econômica ou etnia, como aqueles que deram origem à Trigolândia, nome este dado a importância do trigo na vida da comunidade.

Em 1964, inicia-se um novo processo de colonização em consequência do crescimento das famílias e do estrangulamento da terra, que culminou dando origem a um novo núcleo formado principalmente por produtores da Colônia Trigolândia, dando origem à Colônia Salvador Jardim.

Em 1978, em decorrência de um conflito pela posse da terra entre posseiros e índios, na Reserva de Nonoai, no norte do Estado, 125 famílias são incorporadas pelo projeto da Cooperativas Agrícola Mista Aceguá Ltda. (pertencentes aos alemães-russos assentados na Colônia Nova, no Município de Bagé) de aumentar a sua produção de leite. Sendo assentadas numa área adquirida pelo Governo do Estado, passa a chamar-se Colônia Nova Esperança. Dos Assentados 106 famílias eram oriundas de Nonoai e 19 da própria região.

Em 1989 começam a chegar as famílias oriundas do norte do Estado, organizadas em torno do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra –MST.

Gentílico: hulha-negrense

Formação Administrativa

Distrito criado com a denominação de Passo do Lajeado, por ato municipal nº 2, de 12-06-1897, subordinado ao município de Bagé.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito figura no município de Bagé.

Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937.

Pelo decreto estadual nº 7199, de 31-03-1938, o distrito de Passo do Lajeado passou a denominar-se Rio Negro.

No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o distrito de Rio Negro permanece no município de Bagé.

Pelo decreto-lei estadual nº 720, de 29-12-1944, o distrito de Rio Negro passou a denominar-se Hulha Negra e perdeu parte do seu território para o distrito de Aceguá, do município de Bagé; adquiriu parte do território do distrito de Seival, do mesmo município de Bagé.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o distrito de Hulha Negra permanece no município de Bagé.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1960.

Elevado à categoria de município com a denominação de Hulha Negra, pela lei estadual nº 9579, de 20-03-1992, desmembrado de Bagé. Sede no antigo distrito de Hulha Negra. Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1993.

Em divisão territorial datada de 2001, o município é constituído do distrito sede.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

Alterações toponímicas distritais

Passo Lajeado para Rio Negro alterado, pelo decreto estadual nº 7199, de 31-03-1938.

Rio Negro para Hulha Negra, alterado pelo decreto-lei estadual nº 720, de 29-12-1944.

3.2 DIMENSÃO POPULACIONAL E TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS

De acordo com Censo populacional do IBGE (2010) o município de Hulha Negra/RS tem uma população de 6.043 hab., distribuídos numa área de 823 km², como demonstra-se na tabela abaixo, separadamente por gênero e faixa etária.

Tabela 01: Distribuição da população por gênero e faixa etária

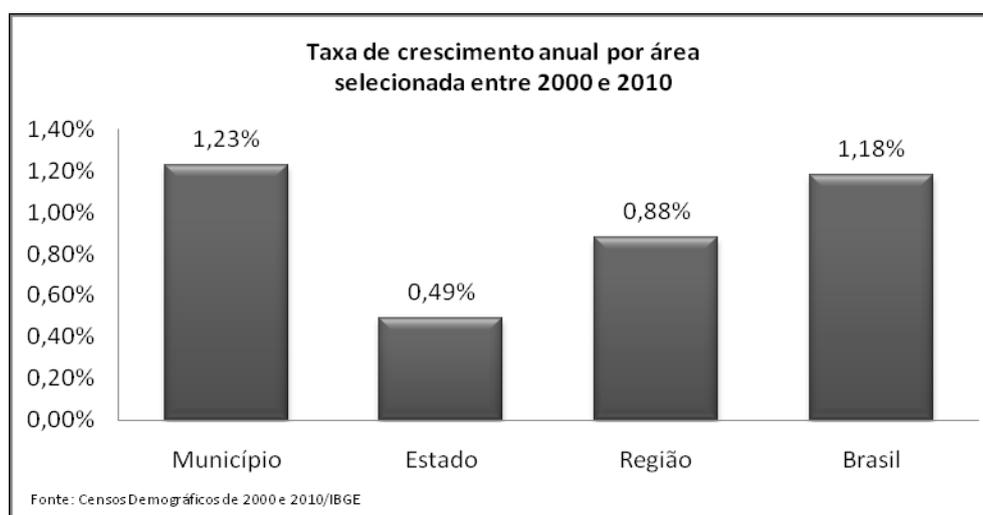
Faixa Etária	Homens	%	Mulheres	%
0 a 4	291	55,5	233	44,5
5 a 9	276	49,5	282	50,5
10 a 14	282	51,0	271	49,0
15 a 19	268	52,0	246	48,0
20 a 24	263	59,5	178	40,5
25 a 29	169	51,0	162	49,0
30 a 34	210	52,0	191	48,0
35 a 39	173	43,0	228	57,0
40 a 44	170	48,5	179	51,5
45 a 49	172	56,5	132	43,5
50 a 54	146	55,0	118	45,0
55 a 59	116	59,5	79	40,5
60 a 64	102	64,5	56	35,5
65 a 69	96	53,0	84	47,0
70 a 74	34	44,0	43	56,0
75 a 79	28	40,0	42	60,0
80 a 84	15	53,5	13	46,5
85 a 89	5	45,5	6	54,5
90 a 94	-	-	-	-
95 a 99	-	-	-	-
100 ...	-	-	-	-

Fonte: IBGE (2010)

Os dados a seguir, de acordo com o IBGE (2010) possibilita uma visão geral sobre os aspectos sociodemográficos do município.

De acordo com o gráfico 01, nota-se que a população do município ampliou, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, à taxa de 1,23% ao ano, passando de 5.349 para 6.043 habitantes. Essa taxa foi superior àquela registrada no Estado, que ficou em 0,49% ao ano, e superior a cifra de 0,88% ao ano da Região Sul.

Gráfico 01: Taxa de crescimento anual por área

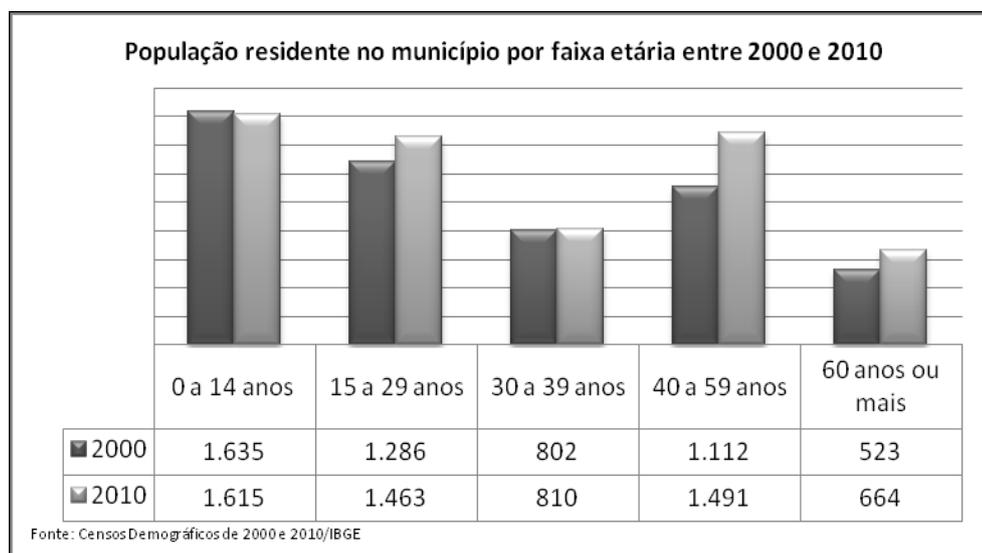


Observa-se no gráfico acima que a taxa de urbanização apresentou alteração no mesmo período. A população urbana em 2000 representava 44,96% e em 2010 a passou a representar 48,14% do total (IBGE, 2010).

A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa que, em termos anuais, cresceu 2,4% em média. Em 2000, este grupo representava 9,8% da população, já em 2010 detinha 11,0% do total da população municipal (IBGE, 2010).

O segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento negativo entre 2000 e 2010 (-0,1% ao ano). Crianças e jovens detinham 30,6% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 1.635 habitantes. Em 2010, a participação deste grupo reduziu para 26,7% da população, totalizando 1.615 habitantes (IBGE, 2010).

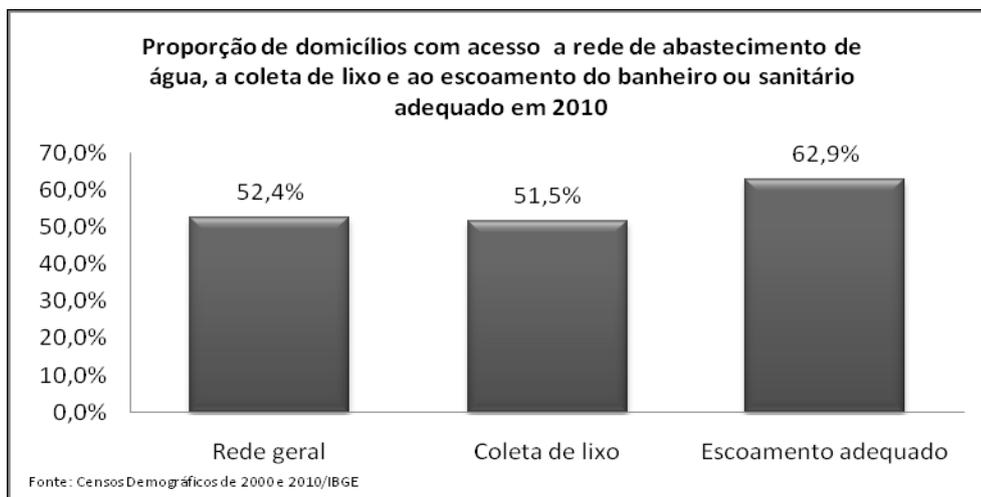
Gráfico 02: População residente por faixa etária



O gráfico acima mostra o crescimento populacional por faixa etária entre os anos de 2000 e 2010, onde observa-se que a população residente no município na faixa etária de 15 a 59 anos exibiu crescimento populacional (em média 1,64% ao ano), passando de 3.200 habitantes em 2000 para 3.764 em 2010. Em 2010, este grupo representava 62,3% da população do município (IBGE, 2010).

No que diz respeito ao **perfil social**, conforme o gráfico 03, os dados do Censo Demográfico de 2010 revelaram que o fornecimento de energia elétrica estava presente praticamente em todos os domicílios. A coleta de lixo atendia 51,5% dos domicílios. Quanto à cobertura da rede de abastecimento de água o acesso estava em 52,4% dos domicílios particulares permanentes e 62,9% das residências dispunham de esgotamento sanitário adequado (IBGE, 2010).

Gráfico 03: Perfil social (rede de abastecimento água/lixo/escoamento sanitário)



3.3 SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA E INDICADORES: ESTRUTURA PRODUTIVA E DINÂMICAS ECONÔMICAS

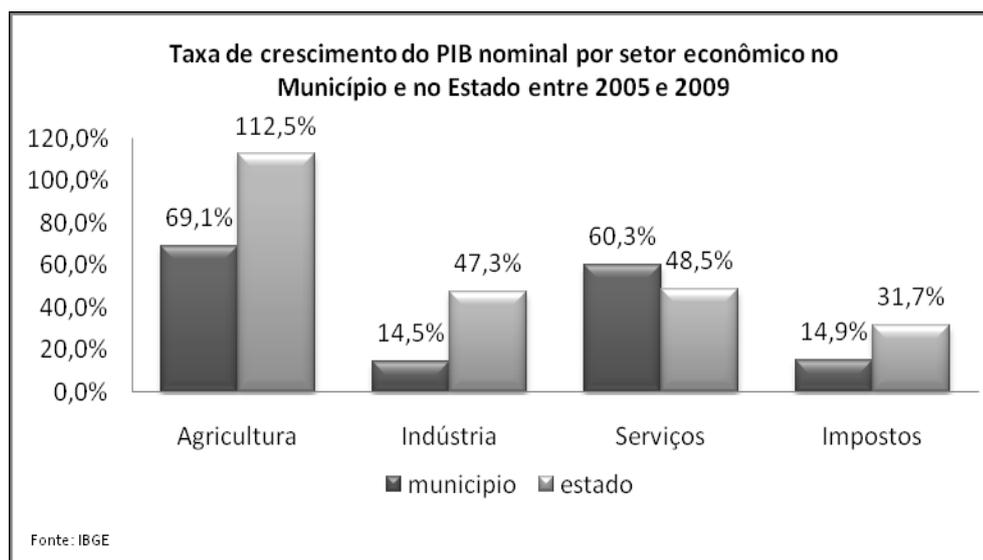
No que se refere aos aspectos econômicos do município, entre 2005 e 2009, segundo o IBGE (Gráfico 04 e 05), o Produto Interno Bruto (PIB) do município cresceu 38,9%, passando de R\$ 66,5 milhões para R\$ 92,3 milhões. O crescimento percentual foi inferior ao verificado no Estado que foi de 49,7%. A participação do PIB do município na composição do PIB estadual diminuiu de 0,05% para 0,04% no período de 2005 a 2009.

Gráfico 04: Participação dos setores econômicos



A estrutura econômica municipal demonstrava participação expressiva do setor de Serviços, o qual responde por 35,5% do PIB municipal. Cabe destacar o setor secundário ou industrial, cuja participação no PIB era de 35,2% em 2009 contra 42,8% em 2005. No mesmo sentido ao verificado no Estado, em que a participação industrial decresceu de 42,8% em 2005 para 25,6% em 2009 (IBGE, 2010).

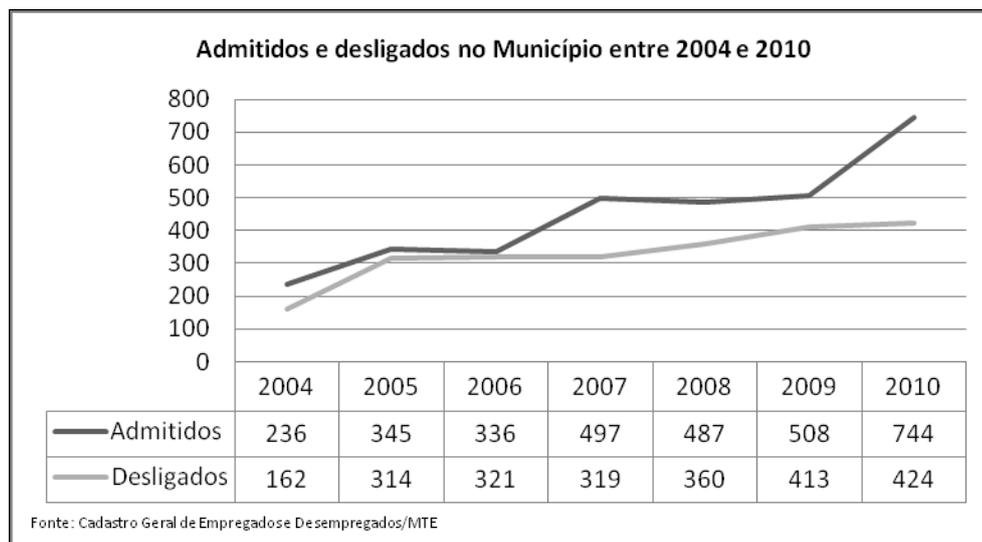
Gráfico 05: Taxa de crescimento do PIB por setor econômico



No que se refere ao **mercado de trabalho formal**, o município apresentou em todos os anos saldos positivos na geração de novas ocupações entre 2004 e 2010. O número de vagas criadas neste período foi de 837. No último ano as admissões registraram 744 contratações contra 424 demissões (IBGE, 2010).

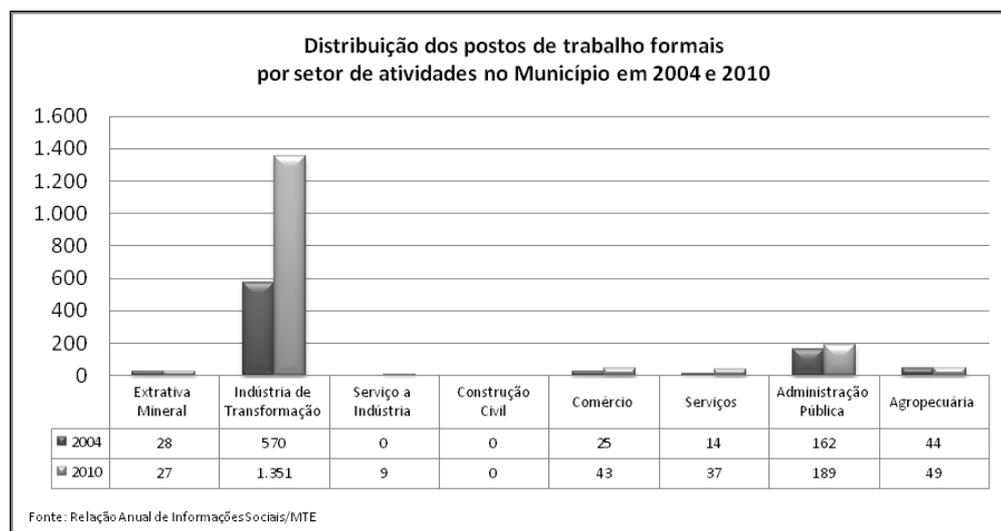
Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, o mercado de trabalho formal em 2010 totalizava 1.705 postos, 102,3% a mais em relação a 2004. O desempenho do município ficou acima da média verificada para o Estado (Gráfico 06), que cresceu 27,8% no mesmo período (IBGE, 2010).

Gráfico 06: Admitidos e desligados



Observa-se a seguir no Gráfico 07, que a indústria de transformação foi o setor com maior volume de empregos formais, com 1.351 postos de trabalho, seguido pelo setor de Administração Pública com 189 postos em 2010. Somados, estes dois setores representavam 90,3% do total dos empregos formais do município (IBGE, 2010).

Gráfico 07: Distribuição dos postos de trabalho



Os setores que mais aumentaram a participação entre 2004 e 2010 na estrutura do emprego formal do município foram Indústria de Transformação (de 67,62% em 2004 para 79,24% em 2010) e Serviço a Indústria (de 0,00% para 0,53%). A que mais perdeu participação foi Administração Pública de 19,22% para 11,09% (IBGE, 2010).

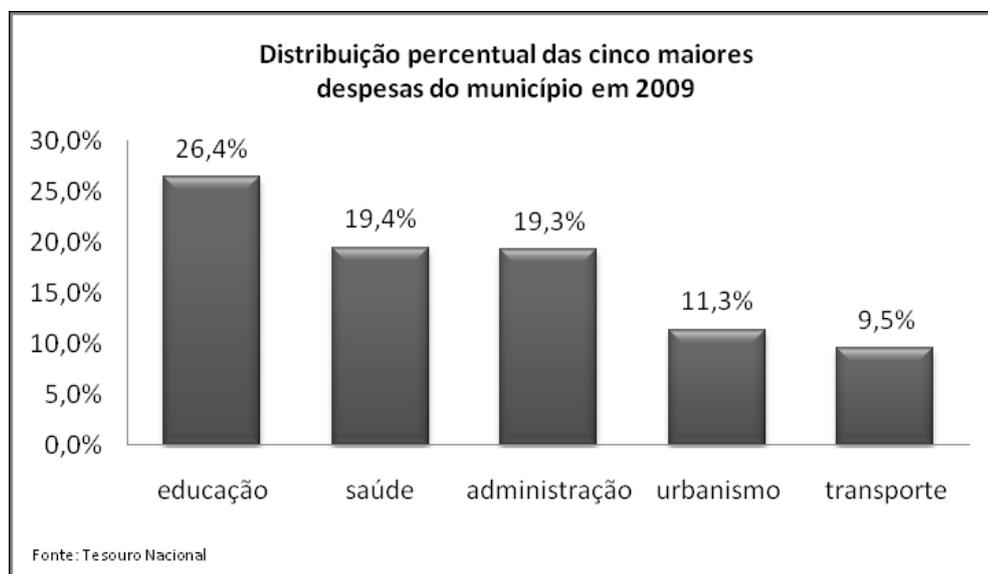
Quanto às **Finanças públicas**, a receita orçamentária do município passou de R\$ 6,0 milhões em 2005 para R\$ 10,8 milhões em 2009, o que retrata uma alta de 79,4% no período ou 15,73% ao ano (IBGE, 2010).

A proporção das receitas próprias, ou seja, geradas a partir das atividades econômicas do município, em relação à receita orçamentária total, passou de 6,64% em 2005 para 6,99% em 2009, e quando se analisa todos os municípios juntos do estado, a proporção aumentou de 29,70% para 28,67% (IBGE, 2010).

A dependência em relação ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) diminuiu no município, passando de 41,99% da receita orçamentária em 2005 para 37,07% em 2009. Essa dependência foi superior àquela registrada para todos os municípios do Estado, que ficou em 19,57% em 2009 (IBGE, 2010).

As despesas com educação, saúde, administração, urbanismo e transporte foram responsáveis por 85,94% das despesas municipais. Em assistência social, as despesas alcançaram 2,05% do orçamento total, valor esse inferior à média de todos os municípios do estado, de 2,61, de acordo com o gráfico 08.

Gráfico 08: Distribuição percentual das cinco maiores despesas do município



Assim, em conformidade com os indicadores apresentados acima, observa-se que o crescimento do desenvolvimento no município modificou-se nas últimas décadas. Entretanto, apenas apontar avaliações, quantitativas e qualitativas dos resultados das modalidades de desenvolvimento, não levam necessariamente ao desenvolvimento humano. A miséria, desigualdades sociais e distribuição de renda ainda é tema relevante para ser discutido, de

modo que se possa alcançar e possibilitar melhor qualidade de vida para todos, como direito fundamental da vida humana.

Para melhor entendimento deste estudo, de acordo com Wanderley (1998, p.129) apresenta-se a definição dada pela ONU sobre Desenvolvimento Humano:

O desenvolvimento humano é um processo mediante o qual se oferece às pessoas maiores oportunidades. Entre estas, as mais importantes são uma vida prolongada e saudável, educação e acesso aos recursos necessários a um nível de vida decente. Outras oportunidades incluem a liberdade política, a garantia dos direitos humanos e o respeito a si mesmo.

O desenvolvimento permite aos indivíduos fazer uso destas opções. Ninguém pode garantir a felicidade humana e as alternativas individuais são algo muito pessoal. Sem dúvida, o processo de desenvolvimento deve pelo menos criar um ambiente propício para que as pessoas, tanto individual como coletivamente, possam desenvolver todas as suas potencialidades e contar com uma oportunidade racional de levar uma vida produtiva e criativa conforme as suas necessidades e interesses.

(...) A liberdade é primordial para o desenvolvimento humano. Os indivíduos devem ser livres de exercer suas opções em mercados viáveis e deve dar-se-lhes a oportunidade de expressar suas opiniões para configurar sua própria estrutura política.

De acordo com a mesma autora (*idem*), a categoria básica dessa definição de desenvolvimento humano é a oportunidade. No entanto, a autora aponta que na presente conjuntura mundial, não há oportunidades iguais para todos. Dependendo de uma série de fatores como raça, etnia, nacionalidade, sexo, idade, pertinência à classe social, prestígio, renda, de estar no Norte ou no Sul, e tantos outros mais, a desigualdade de oportunidades é evidente.

Os programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) é um passo em direção à busca desta problemática, mesmo que ainda distante do alcance de índices que verdadeiramente possam contribuir para fomentar a concepção social de igualdade, mas, particularmente, é um começo para alívio imediato da extrema pobreza.

No que diz respeito a situação socioeconômica e índices de pobreza no município, bem como sua consequente evolução nos últimos anos, tema de suma importância para o contexto desta pesquisa, no Portal ODM (Acompanhamento Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio)³, em conformidade com o Censo do IBGE (2010) a estimativa populacional é de 6.048 habitantes, obtendo-se assim, entre os anos de 2000-2007 um crescimento anual de 1,22%; com uma taxa de natalidade em 2010 de 95 nascidos vivos. De

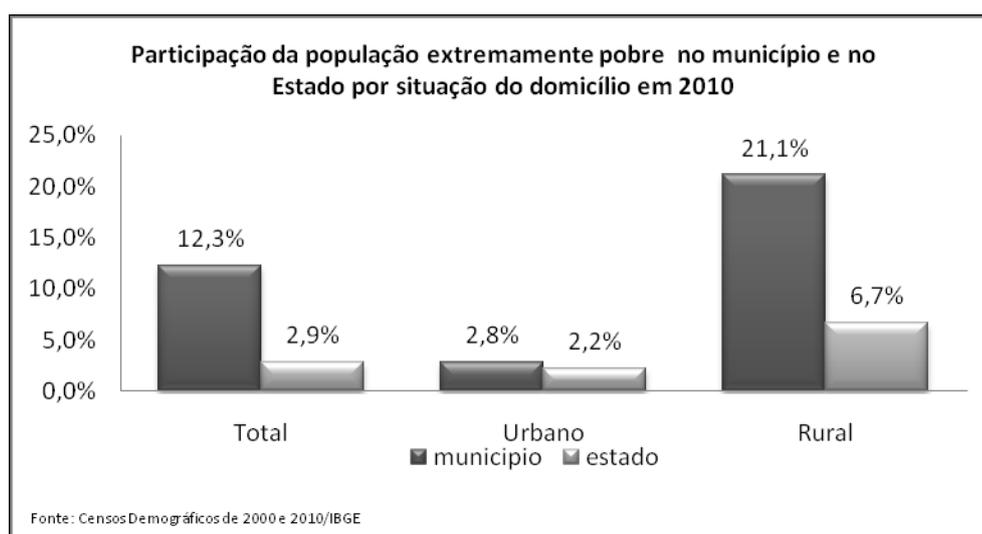
³ Fonte: Portal ODM. Disponível em: www.portalodm.com.br/relatorios/PDF/gera_PDF.php?cidade> Acesso em junho/2012.

acordo com o mesmo Censo do IBGE (2010), a urbanização encontra-se na faixa de 48,18%, com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,761.

No que se refere ao percentual de renda apropriada pelos 20% mais pobres e 20% mais ricos da população – 2000, a participação dos 20% mais pobres da população na renda passou de 0,3%, em 1991, para 0,8%, em 2000. Com isso, observa-se que houve redução nos níveis de desigualdade. Em 2000, a participação dos 20% mais ricos era de 73,5%, ou 89 vezes superior à dos 20% mais pobres.

Conforme dados do IBGE (IBGE, 2010), o Censo Demográfico de 2010 indicava que o município contava com 743 pessoas na extrema pobreza, sendo 662 na área rural e 81 na área urbana. Em termos proporcionais, 12,3% da população está na extrema pobreza, com intensidade maior na área rural (21,1% da população na extrema pobreza na área rural contra 2,8% na área urbana).

Gráfico 09: População extremamente pobre no município e Estado



Em 2010, de acordo com o boletim informativo do SIAB - DATASUS⁴ (BRASIL, 2010), o número de crianças pesadas pelo Programa Saúde Familiar foi de 452; sendo que destas, nenhuma (0,0%) encontrava-se na situação de desnutridas. Quanto a taxa de mortalidade de menores de 5 anos de idade a cada mil nascidos vivos - 1995-2010⁵, o número de óbitos de crianças menores de um ano no município, de 1995 a 2010, foi 32. A taxa de mortalidade de menores de um ano para o município, estimada a partir dos dados do Censo

⁴ Fonte: SIAB – DATASUS. (BRASIL, 2010). Disponível em: www.portalodm.com.br/relatorios/PDF/gera_PDF.php?cidade>Acesso em junho/2012.

⁵ Fonte: Ministério da Saúde – DATASUS. (BRASIL, 2010). Disponível em: www.portalodm.com.br/relatorios/PDF/gera_PDF.php?cidade>Acesso em junho/2012.

2010, é de 9,1 a cada 1.000 crianças menores de um ano. Das crianças de até 1 ano de idade, em 2010, 0,9% não tinham registro de nascimento em cartório. Este percentual cai para 0,3% entre as crianças até 10 anos.

Convém destacar que, uma das ações importantes para a redução da mortalidade infantil, bem como também se constitui condicionante para o benefício do PBF, é a prevenção através de imunização contra doenças infecto-contagiosas, em 2011, 100,0% das crianças menores de 1 ano estavam com a carteira de vacinação em dia.

No que se refere ao número de óbitos no município, de 1997 a 2010, foi de apenas 1. A taxa de mortalidade materna máxima recomendada pela Organização Panamericana de Saúde - OPAS é de 20 casos a cada 100 mil nascidos vivos. No Brasil, em 2006, esse número foi de 55,1; mas devido a subnotificações estaria próximo de 77,2 óbitos a cada 100 mil nascidos vivos, segundo a estimativa da Rede Interagencial de Informações para a Saúde - RIPSAs⁶. Convém lembrar aqui que o óbito materno é aquele decorrente de complicações na gestação, geradas pelo aborto, parto ou puerpério (até 42 dias após o parto). Neste sentido, é importante que cada município tenha seu Comitê de Mortalidade Materna, inclusive ajudando no preenchimento da declaração de óbito, para evitar as subnotificações e melhorar o entendimento das principais causas das mortes.

Quanto ao percentual de crianças nascidas vivas por número de consultas pré-natais – 2010⁷, o Ministério da Saúde recomenda, no mínimo, seis consultas pré-natais durante a gravidez. Com isso se quer dizer que, quanto maior o número de consultas pré-natais, maior a garantia de uma gestação e parto seguros, prevenindo, assim, a saúde da mãe e do bebê. A proporção de gestantes sem acompanhamento pré-natal, em 2010, neste município, foi de 2,1%. As gestantes com 7 ou mais consultas foram 65,3%. Em 2010, no Município, 100,0% dos nascidos vivos tiveram seus partos assistidos por profissionais qualificados de saúde.

Já, no que tange à educação neste município, de acordo com Ministério da Educação⁸ (2012) o percentual de alfabetização de jovens e adolescentes entre 15 e 24 anos, em 2010, era de 98,6%. Quanto à distorção idade-série no ensino fundamental e médio – 2010 era de 25,2% 47,9%, respectivamente, lembrando que a distorção idade-série eleva-se à medida que se avança nos níveis de ensino. Assim, entre alunos do ensino fundamental, 25,2% estão com idade superior à recomendada chegando a 47,9% de defasagem entre os que alcançam o

⁶ Fonte: Ministério da Saúde – DATASUS. (BRASIL, 2010). Disponível em: www.portalodm.com.br/relatorios/PDF/gera_PDF.php?cidade> Acesso em junho/2012.

⁷ Fonte: Ministério da Saúde – DATASUS. (BRASIL, 2010). Disponível em: www.portalodm.com.br/relatorios/PDF/gera_PDF.php?cidade> Acesso em junho/2012.

⁸ Fonte: Ministério da Educação – INEP. Disponível em: www.portalodm.com.br/relatorios/PDF/gera_PDF.php?cidade> Acesso em junho/2012.

ensino médio. Já, com relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - 2007/2009, que combina o rendimento escolar às notas do exame Prova Brasil, aplicado a crianças da 4ª e 8ª séries, podendo variar de 0 a 10, o município está na 3.321.ª posição, entre os 5.564 do Brasil, quando avaliados os alunos da 4.ª série, e na 3.643.ª, no caso dos alunos da 8.ª série. O IDEB nacional, em 2009, foi de 4,4 para os anos iniciais do ensino fundamental em escolas públicas e de 3,7 para os anos finais. Nas escolas particulares, as notas médias foram, respectivamente, 6,4 e 5,9.

Importante ressaltar também, no que se refere ao percentual do rendimento feminino em relação ao masculino segundo ocupação formal e escolarização, em 2010, a participação da mulher no mercado de trabalho formal era de 37,2%. O percentual do rendimento feminino em relação ao masculino era de 73,6% no mesmo ano, independentemente da escolaridade. Entre os de nível superior o percentual passa para 42,3%.

No que diz respeito à qualidade de vida e respeito ao meio ambiente, de acordo com o Portal ODM⁹, em 2008 o município declarou ter apresentado ocorrências impactantes observadas com frequência no meio ambiente nos últimos 24 meses, mas sem alteração ambiental que tenha afetado as condições de vida da população.

O município não possui Conselho Municipal de Meio Ambiente e não contou com recursos específicos para a área ambiental nos últimos 12 meses. Não possui Fundo Municipal de Meio Ambiente e não realiza licenciamento ambiental de impacto local.

No capítulo seguinte, o foco principal traz uma análise no que se refere ao Programa Bolsa Família no Brasil e no município de Hulha Negra/RS.

⁹ Fonte: IBGE - Perfil Municipal – 2008. Disponível em: www.portalodm.com.br/relatorios/PDF/gera_PDF.php?cidade> Acesso em junho/2012.

CAPÍTULO 4 - O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO BRASIL E NO MUNICÍPIO DE HULHA NEGRA-RS

Neste capítulo, apresenta-se o Programa Bolsa Família no Brasil e a análise do mesmo no município de Hulha Negra/RS. Ainda, disponibiliza-se sucintamente, a título de conhecimento, os programas de geração de renda que estão sendo desenvolvidos no município.

4.1 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO BRASIL

De acordo com a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) (BRASIL, 2003), o Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), que tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar *per capita* inferior a R\$ 70 mensais, e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos.

O Programa Bolsa Família possui três eixos principais focados na transferência de renda, condicionalidades e ações e programas complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Já as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

O Programa atende mais de 13 milhões de famílias em todo território nacional de acordo com o perfil e tipos de benefícios: o básico, o variável, o variável vinculado ao adolescente (BVJ), o variável gestante (BVG) e o variável nutriz (BVN). Os valores dos benefícios pagos pelo PBF variam de R\$ 32 a R\$ 306, considerando a renda mensal da família por pessoa, do número de crianças e adolescentes de até 17 anos e do número de gestantes e nutrizes componentes da família.

A gestão do Programa Bolsa Família é descentralizada e compartilhada entre a União, estados, Distrito Federal e municípios. Os entes federados trabalham em conjunto para aperfeiçoar, ampliar e fiscalizar a execução do Programa, instituído pela Lei 10.836/04 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/04.

O PBF seleciona as famílias com base nas informações inseridas pelo município no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, instrumento de coleta de dados que tem como objetivo identificar todas as famílias de baixa renda existentes no Brasil.

Com base nesses dados, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) seleciona, de forma automatizada, as famílias que serão incluídas no PBF. No entanto, o cadastramento não implica a entrada imediata das famílias no Programa e o recebimento do benefício.

4.1.1 Provimento do Bolsa Família como um direito humano

Seguindo-se Zimmermann (2012), a maior debilidade do Bolsa Família dá-se pelo fato de o mesmo não ser baseado na concepção de direitos, haja visto que o acesso ao Programa não é garantido incondicionalmente aos portadores de um direito. Em outros termos, o Programa não garante o acesso incondicional das pessoas, já que existe uma limitação da quantidade de pessoas a serem beneficiadas em cada município. Essa limitação acontece porque a cada município designa-se um número fixo de famílias a serem contempladas e no momento em que esse município preencher essa quota, fica “impossibilitada” a inserção de novas famílias, mesmo que sejam extremamente vulneráveis. Diante disso, o Bolsa Família não é concebido sob a concepção da garantia a todos que dele necessitem, mas numa seletividade excludente. Por isso, famílias e pessoas pobres acabam não sendo incluídas no Programa, mesmo que sejam miseráveis e tenham a necessidade urgente de serem beneficiadas.

Um exemplo sobre o exposto acima são moradores de rua, indígenas, quilombolas, catadores de lixo e outros grupos extremamente vulneráveis que ainda estão sendo excluídos do Programa. Na ótica dos direitos, essas pessoas deveriam ter a possibilidade de requerer o benefício do Bolsa Família e serem contempladas pelo Programa em um curto período de tempo. Caso o benefício não seja concedido, deve haver a possibilidade de o mesmo ser requerido judicialmente.

Em virtude disso, de acordo com Zimmermann (2012), a lógica do Programa obedece muito mais ao discurso humanitário da ajuda e da assistência do que o provimento de direitos. Sob a ótica dos direitos humanos, o Programa Bolsa Família deve afirmar que o acesso ao Programa e ao Direito Humano à Alimentação é um direito de todas as pessoas elegíveis, sendo necessária a possibilidade de provisão dos benefícios desse Programa a todas as pessoas em estado de vulnerabilidade. Da mesma forma, não deve haver a provisão de um tempo

máximo de acessibilidade ao Programa, mas o mesmo deve ser concebido para atender as pessoas enquanto houver um quadro de vulnerabilidade, se necessário, a vida toda.

4.1.2 O princípio da universalidade e as condicionalidades

Para Piovesan (*apud* ZIMMERMANN, 2012), o artigo 11º do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, reconhece o direito fundamental de toda pessoa de estar livre da fome e obriga os Estados Parte a adotarem medidas e programas concretos para atingir esse fim. Da mesma forma, o Comentário Geral 12 estabelece que o direito à alimentação adequada é de importância crucial para a fruição de todos os direitos. Aplica-se a todos, a "si mesmo e sua família", não implicando em qualquer limitação para a aplicação deste direito a indivíduos ou famílias chefiadas por mulheres. Ou seja, o direito à alimentação adequada destina-se para a toda e qualquer pessoa, independente da etnia, do gênero, da raça e da contribuição individual. Isto significa que o direito à alimentação é um direito individual a ser garantido universalmente e incondicionalmente ao ser humano.

Segundo Piovesan (*idem*), a universalidade “chama pela extensão universal dos direitos humanos, sob a crença de que a condição de pessoa é o requisito único para a titularidade de direitos, considerando o ser humano como um ser essencialmente moral, dotado de unicidade existencial e dignidade”.

O Bolsa Família exige algumas condicionalidades para o provimento do benefício, como o acompanhamento de saúde e do estado nutricional das famílias, além da frequência escolar e o acesso à educação alimentar. Sob a ótica dos direitos humanos, a um direito não se deve impor contrapartidas, exigências ou condicionalidades, já que a condição de pessoa é o requisito único para a titularidade de direitos. A responsabilidade de garantir a qualidade destes serviços e seu provimento aos portadores desses direitos compete aos poderes públicos competentes. A obrigação do cumprimento das condicionalidades, nesta perspectiva, cabe a esses poderes, e não as pessoas. Por isso, sob a ótica dos direitos humanos, o Programa deve reconsiderar suas concepções acerca da imposição de condicionalidades e de obrigações aos beneficiários, considerando que a um direito nunca se deve impor exigências, contrapartidas ou condicionalidades. O Estado não deve punir e, em hipótese alguma, excluir os beneficiários do Programa, quando do não cumprimento das condicionalidades. Dever-se-ia responsabilizar os municípios, estados e outros organismos governamentais pelo não cumprimento de sua obrigação de garantir o acesso aos direitos atualmente impostos com condicionalidades, conclui Zimmermann (2012).

4.1.3 Bolsa Família como direito humano

De acordo com Bueno (2012), o programa Bolsa Família é carregado de equívocos que precisam ser superados, mas estes não são representados por aquilo que se tornou um lugar comum nas críticas a ele dirigidas: as necessárias portas de saída e o desestímulo ao trabalho. Ao contrário, o Bolsa Família precisa de mudanças sim, mas elas devem ir em direção à universalidade e incondicionalidade de uma política que está no bojo de uma nova geração de direitos, entendidos não como um discurso vazio de democracia, mas como garantias concretas.

Seguindo-se esta mesma autora (idem), o que precisa ser reformulado para que o programa seja efetivado neste âmbito são suas regras rígidas e seu perfil estigmatizante, características estas amplamente defendidas por uma elite fascista que tenta nos impor (e tem conseguido) determinados modos hegemônicos de pensar e viver, conferindo ao beneficiário do Bolsa Família a condição de um pobre vagabundo, que prefere uma esmola à um trabalho “digno”.

Para a referida autora acima (idem), esta abordagem, que pretende produzir na sociedade um sentimento de recusa não só ao Bolsa Família, mas em relação a qualquer política voltada aos pobres, eternamente acusada de promover assistencialismo barato, conjuga pelo menos três objetivos: um objetivo econômico – fazer o pobre aceitar trabalhos degradantes e precários por meio da cultura da ética do trabalho (o trabalho que dignifica o homem!); social – reduzir direitos e impedir a conquista de outros, ganhando a legitimação da sociedade nesse processo, através da reprodução de um discurso que confere ao pobre uma condição de “inimigo” (vagabundo, responsável pela alta dos impostos e falência dos cofres públicos, violento, não merecedor...); e político – controlar os pobres, reduzindo qualquer trabalho não formal à condição de precário (sem direitos, embora hoje seja realizado pela maior parte da população do país).

4.2 ANÁLISE DO BF NO MUNICÍPIO DE HULHA NEGRA/RS

O município de Hulha Negra/RS, de acordo com o IBGE (2010) possui uma população de 6.043 habitantes, desta totalização, atualmente, há 955 famílias cadastradas no Programa Bolsa Família (Tabela 02), sendo que 638 encontram-se na situação de beneficiárias e, conseqüentemente, 317 famílias não beneficiárias.

Tabela 02: Totalização população/Famílias cadastradas no CadÚnico/Beneficiários

População total	Famílias Cadastradas no CadÚnico
6.043 hab	955 fam
Famílias beneficiárias no BF	Famílias não beneficiárias no BF
638 fam (15,80%)	317 fam (5,25%)

FONTE: CENSO IBGE (2010)

Seguindo-se as informações da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (IBGE, 2010), encontra-se no município 874 famílias cadastradas com renda per capita mensal de até 1/2 salário mínimo e 730 famílias cadastradas com renda per capita mensal de até R\$ 140,00. Entretanto, de acordo com o IBGE (2010), no município há uma estimativa de famílias pobres, cujo perfil é pré-requisito para o benefício BF, isto é, 614 famílias encontram-se nesta condição, conforme demonstrado na tabela 03.

Tabela 03: Totalização de famílias pobres/Renda até ½ salário/Renda até R\$140,00

Renda até ½ salário mínimo	Renda até R\$ 140,00	Famílias pobres
874	730	614

FONTE: CENSO IBGE (2010)

No que se refere às condicionalidades exigidas para o recebimento e manutenção do benefício do BF, observa-se na tabela 04, segundo dados do Censo do IBGE (2010), a totalização deste público e respectivas condicionalidades (Educação/Saúde), bem como o resultado do acompanhamento.

Tabela 04: Condicionalidade (Educação/Saúde)

CONDICIONALIDADES	Público das condicionalidades	Total de beneficiários com perfil educação (6 a 15 anos)	713
		Total de beneficiários com perfil educação (16 e 17 anos)	36
		Total de famílias com perfil saúde (com crianças até 7 anos e mulheres de 14 a 44 anos)	498

Resultados do Acompanhamento	Total de beneficiários acompanhados pela educação (6 a 15 anos)	648
	Total de beneficiários acompanhados pela educação (16 e 17 anos)	34
	Total de famílias acompanhadas pela saúde	422
	Total de repercussões por descumprimento das condicionalidades	19
	Total de famílias com registro de acompanhamento familiar	0

FONTE: MDS (2010)

Neste contexto, de acordo com os dados apresentados nas tabelas acima, convém dizer que a estimativa de famílias pobres com perfil de atendimento para o Programa Bolsa Família foi feita a partir dos dados do Censo Demográfico 2010, levando em consideração a renda familiar de até R\$ 140,00 por pessoa, acrescida de estimativa de volatilidade de renda.

A estimativa de famílias pobres com perfil Perfil Cadastro Único (baixa renda) foi feita a partir da combinação da metodologia de Mapas de Pobreza do IBGE, elaborados a partir do Censo Demográfico 2000, da PNAD 2006 e de outros indicadores sócio-econômicos, levando em consideração a renda familiar per capita de até meio salário mínimo.

O total de famílias cadastradas com renda per capita mensal de até R\$ 140,00 não corresponde ao total de famílias que possuem perfil para serem atendidas pelo PBF e tende a ser maior que esse. Isso ocorre porque as famílias com renda familiar per capita entre R\$ 70,01 e R\$ 140,00 só têm direito ao benefício caso tenham filhos com idade entre 0 e 17 anos (cf. Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004). (IBGE, 2010).

De acordo com o Estudo Técnico n. 99 de Bremaeker¹⁰ (2010), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) recentemente publicou o estudo “Pobreza, desigualdade e políticas públicas”, onde é apontada a possibilidade de que o País venha a ter indicadores próximos aos dos países desenvolvidos, inclusive colocando-se diante da oportunidade de praticamente erradicar a pobreza extrema – valor correspondente a uma quarta parte do salário mínimo per capita – até 2016. Entretanto, para que se possa atingir esses resultados, o País precisaria manter o ritmo de melhorias sociais observado nos últimos cinco anos, segundo o Comunicado da Presidência nº 38, cujos resultados alcançados entre 2003 e 2008 foram a

¹⁰ BREMAEKER, François E. J. de. **A pobreza em nível municipal**. Salvador: Associação Transparência Municipal, 2010. Disponível em: www.tmunipal.org.br> Acesso em: jul/2012.

queda média anual na taxa nacional de pobreza extrema em 2,1%, enquanto que a queda média anual na taxa de pobreza absoluta (até meio salário mínimo per capita) foi de 3,1%.

Conforme este mesmo autor (*idem*), caso o desempenho do período 2003-2008 seja projetado para 2016, o Brasil chegará ao ano com indicadores sociais próximos aos dos países desenvolvidos, aponta o Comunicado da Presidência.

Segundo o Presidente do IPEA, se em 2008 a taxa de pobreza absoluta era de 28,8%, em 2016 pode chegar a 4%. Da mesma forma, a pobreza extrema pode ser reduzida a 0%, lembrando que acabar definitivamente com a pobreza é um desafio que nem países altamente desenvolvidos conseguem superar. O Presidente do IPEA declarou que o intervalo de 2003 a 2008 foi o melhor período de redução da pobreza no País.

Calculando-se os 28,8% sobre a população estimada para o País em 2008, que correspondia a 189.612.814 habitantes, chegou-se a um total de 54.608.490 habitantes que se posicionariam abaixo da linha de pobreza extrema. Já no ano de 2009, esse grupo populacional correspondia a 27,46% do total da população nacional. (BREMAEKER, 2010).

De acordo com Barros et al. (2000) as políticas de redução da pobreza não devem basear-se apenas no crescimento e argumentam que a erradicação da pobreza requer o desenho de políticas que priorizem a redução da desigualdade. A implicação desse diagnóstico é de fundamental importância para que se possa efetivar a implementação de políticas de distribuição de renda e riqueza como meios para se reduzir a pobreza, independentemente do crescimento do produto, bem como para a inclusão social deste grupo populacional.

Nesse sentido, o município de Hulha Negra-RS, vem desenvolvendo inúmeros projetos com o objetivo de possibilitar espaços de socialização e de geração de renda na busca de melhor qualidade de vida para estas famílias, como se mostra sucintamente no item seguinte.

No que se refere à estimativa de famílias pobres – Perfil Bolsa Família no município, de acordo com o Censo do IBGE (2010) é de 614 famílias. Convém destacar que não há registro referente aos anos anteriores e, sendo assim, impossibilitando que se estabeleça um estudo mais aprofundado no que se refere à diminuição da pobreza no município. Entretanto, salienta-se, em conformidade com o IBGE (2010), em julho de 2008, havia 507 famílias cadastradas/beneficiárias no PBF. Neste mesmo período, encontra-se também que havia 661 famílias cadastradas com renda per capita mensal de até 1/2 salário mínimo e 623 com renda per capita mensal de até R\$140,00, sendo que o valor médio do Repasse Bolsa Família neste período foi de R\$ 87,24 por família. (IBGE, 2010).

Nota-se, portanto, que no ano de 2010 este percentual subiu para 874 famílias cadastradas com renda per capita mensal de até 1/2 salário mínimo e 730 famílias cadastradas com renda per capita mensal de até R\$ 140,00, como se demonstrou anteriormente na tabela 03.

4.3 RELATO DE PROGRAMAS SOCIAIS DESENVOLVIDOS NO MUNICÍPIO

Neste item, apresenta-se sucintamente os programas sociais que são desenvolvidos no município de Hulha Negra/RS, exclusivamente com as famílias beneficiárias do PBF, que tem por objetivo, criar espaço de socialização e construção de identidade, permitindo ao grupo familiar a percepção como agente no processo social enquanto sujeito de seus direitos aos bens e serviços produzidos pelos cursos de geração de renda. Além disso, busca-se com tais programas sociais, resgatar a dignidade das famílias; proporcionar meios para que as famílias possam incrementar sua renda; fomentar a melhoria da qualidade de vida das famílias; oportunizar a emancipação econômica das famílias e resgatar autoestima no exercício da cidadania.

Neste sentido, justifica-se o desenvolvimento destes programas, uma vez que a dignidade das condições de vida das pessoas está diretamente ligada à garantia de seus direitos básicos como: saúde, alimentação, moradia, educação etc., direitos estes, tidos como universais em nossa sociedade, devendo ser acessíveis a todas as pessoas.

No entanto, em nosso município existem pessoas que ganham o mínimo indispensável para se alimentar, mas não possuem renda para a satisfação de suas outras necessidades básicas; parcela significativa da população apenas sobrevive com o apoio das políticas de Assistência Social. Uma parte significativa da população reside nos Assentamentos, tornando-se dificultoso o deslocamento para a sede do município. Com isto, as mulheres precisam aprender algum trabalho que possa ser realizado no seu local de moradia e intercalar com os afazeres domésticos (cuidar dos filhos) e as atividades da sua propriedade (tirar leite).

Assim, entre os programas desenvolvidos no município de Hulha Negra/RS, destaca-se aqueles que estão voltados para as “Oficinas Geração de Renda”, isto é, Artesanato em EVA, pintura em tecido; pedicure, manicure e cabeleireiro, entre outros.

4.4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Esta pesquisa foi realizada junto aos beneficiários do PBF do município de Hulha Negra/RS. Convém salientar que, primeiramente, a intenção tinha como foco realizar, também com os não-beneficiários cadastrados no Cadastro Único e que aguardam pela contemplação do mesmo. Entretanto, em função de que a maioria destes indivíduos, tanto beneficiários quanto não-beneficiários residem nos assentamentos (área rural), houve dificuldades de deslocamento até eles, bem como de encontrá-los em suas residências para as devidas coletas de dados, optando-se assim, pela coleta de dados somente das famílias beneficiárias, constituindo-se numa amostragem populacional de 29 famílias.

Assim, para melhor entendimento e compreensão dos dados coletados e suas respectivas análises, optou-se por sintetizar estes dados em tabelas, dividindo-os em cinco (05) categorias, a saber:

a) Características gerais do beneficiário: neste item, os questionamentos tiveram como foco principal, conhecer o gênero do beneficiário, grau de instrução, números de filhos e dependentes sob sua responsabilidade e total de membros da unidade familiar.

b) Condições domiciliares do beneficiário: nesta categoria procura-se identificar as condições e tipo de moradia, zona onde residem, número de cômodos, saneamento básico e meios de transportes que utilizam. Nesta categoria destaca-se também um breve relato sobre os assentamentos na região e apresenta-se o mapa do município com seus respectivos 'assentamentos'.

c) Características socioeconômicas dos beneficiários: o objetivo deste questionamento tem fundamento nas relações que dizem respeito ao vínculo empregatício do beneficiário, isto é, quantos membros da família contribuem financeiramente com o contexto, tipo de emprego, renda individual e total da família, entre outros.

d) Beneficiários do PBF: esta categoria busca analisar o motivo pelo qual o indivíduo é beneficiário, valor do benefício, tempo que recebe, qual o efeito do benefício na renda familiar e, ainda, se o benefício melhora as condições de vida desta família, bem como se ele é suficiente para atender as necessidades básicas familiares.

Características gerais do beneficiário

No que se refere ao gênero e estado civil do beneficiário, observa-se na tabela 05, que 93% são do sexo feminino, enquanto que os outros 07% do sexo masculino. Já com relação ao

estado civil, 55% são solteiros, 34,5% casados, 07% divorciados e apenas 3,5% apontou a situação como sendo viúvo.

Tabela 05: Gênero/Estado Civil do beneficiário

Totalização de beneficiários (100%)	Feminino (%)		Masculino (%)	
29	93% (27)		07% (02)	
Estado Civil dos beneficiários (100%)	Solteiro (%)	Casado (%)	Divorciado (%)	Viúvo (%)
29	55% (16)	34,5% (10)	07% (02)	3,5% (01)

De acordo com exposto acima, convém destacar que, mesmo se tratando de beneficiário de programas sociais, as mulheres estão se constituindo em grande parte como responsáveis pelo sistema familiar. Isto é, a participação da mulher, tanto no mercado de trabalho quanto nos espaços de socialização, vem crescendo significativamente na sociedade atual. Estes dados confirmam isso, pois são as mulheres que a partir do recebimento deste benefício, direcionam estes valores para as suas necessidades básicas.

Quanto ao estado civil dos beneficiários, nota-se, de acordo com os dados coletados, que prevalece o estado civil solteiro, seguindo-se de casados, divorciados e viúvo respectivamente, não tendo relevância para o estudo proposto, mas que de certa forma torna-se interessante esta colocação, como forma e meio de conhecimento da situação conjugal dos beneficiários.

No item referente ao grau de instrução dos pesquisados, encontrou-se que 69% destes apontaram que possuem o Ensino Fundamental Incompleto; 07% com Ensino Fundamental Completo e Ensino Médio Incompleto respectivamente; 10% possuem o Ensino Médio Completo e 07% está na condição de não alfabetizado.

Nesse sentido, observa-se que a grande maioria dos beneficiários tem apenas o 1º Grau incompleto, e isto equivale ao ensino fundamental até a 4ª série. Importante destacar que há uma parcela pouco significativa (07%) de pessoas não alfabetizadas. De certa forma, recorrendo-se a itens anteriores, percebe-se no município de Hulha Negra/RS, caso se queira que em futuro próximo não haja mais analfabetos, é preciso garantir que todos cursem pelo menos o ensino fundamental. Assim, nota-se que o percentual de alfabetização de jovens e adolescentes entre 15 e 24 anos, de acordo com os dados do IBGE, em 2010, foi de 98,6%.

Na tabela seguinte (Tabela 06), apresenta-se o número de filhos do beneficiário, bem como o número de dependentes do titular e a totalização de membros da família.

Tabela 06: Números de filhos / dependentes / Total de membros da unidade familiar

Totalização geral (29=100%)	De 01 a 03 (%)	De 04 a 05 (%)	+ de 05 (%)	Não respondeu (%)
Totalização de filhos da família	59% (17)	31% (09)	10% (03)	00%
Totalização de dependentes da família	65,5% (19)	20,5% (06)	07% (02)	07% (02)
Totalização de membros da família	31% (09)	41% (12)	28% (08)	00%

Conforme os dados coletados observa-se que a maioria dos beneficiários tem de 03 a 05 filhos (59%), assim como 65,5% totalizam como dependentes sob sua responsabilidade esta mesma faixa de estatística (de 03 a 05 dependentes). Já, no que diz respeito à totalização de membros da família, nota-se que o maior índice recai à faixa de 04 a 05 membros. Convém destacar aqui, que esta análise será detalhada quando se apresentar os dados coletados no que se refere à renda individual e familiar dos beneficiários, por entender que essa relação tem significativa importância quanto às questões de pobreza e necessidades básicas atendidas.

Condições domiciliares do beneficiário

Na tabela seguinte (Tabela 07), apresenta-se os dados relativos sobre as condições de moradia destes beneficiários. Salienta-se que estes itens têm por objetivo tecer o conhecimento sobre como vivem estes indivíduos, e como suas residências estão estruturadas, como por exemplo, a situação da moradia, tipo, zona residencial, saneamento e número de cômodos das mesmas, como requisito de qualidade de vida.

Tabela 07: Condições de moradia

Situação da residência	Própria (%)	Alugada (%)	Não respondeu (%)
(29=100%)	96,5% (28)	00%	03,5% (01)
Tipo de moradia	Alvenaria (%)	Madeira (%)	Não respondeu (%)
(29=100%)	72,5% (21)	24% (07)	03,5% (01)
Zona residencial	Urbana (%)	Rural (%)	Não respondeu (%)
(29=100%)	27,5% (08)	69% (20)	03,5% (01)
Saneamento básico	Sim (%)	Não (%)	Não respondeu (%)
(29=100%)	38% (11)	55% (16)	07% (02)

Número de cômodos na residência	De 01 a 03 (%)	De 04 a 05 (%)	+ de 06 (%)	Não respondeu (%)
(29=100%)	55% (16)	34,5% (10)	03,5% (01)	07% (02)

De acordo com o exposto na tabela acima, observa-se que 96,5% possui residência própria, e isto, de certa forma se justifica por se constituírem na condição de “assentados”, onde suas respectivas moradias foram cedidas pelo Governo Federal.

No que se refere ao tipo de moradia, observa-se que a maioria (72,5%) é de alvenaria, bem como, localizam-se na zona rural, como demonstra-se na Figura 01 (Mapa do município e dos assentamentos).

Quanto ao saneamento básico, encontra-se que uma parcela significativa, isto é, 55% dos beneficiários apontaram que não há saneamento, 38% responderam que ‘sim’ e 07% não responderam a este questionamento. Convém destacar que os respondentes não mencionaram como se processa o sistema de esgoto, se utilizam fossa séptica ou outro meio de armazenamento dos dejetos. Entretanto, todos foram unânimes em afirmar que possuem água potável e energia elétrica.

No que diz respeito à coleta de lixo, 62% deste grupo populacional não são beneficiados com o sistema, enquanto que 34% usufruem deste procedimento e apenas 04% não responderam.

Quanto ao meio de transporte que utilizam, 66% apontaram o transporte coletivo (ônibus) como o principal meio de locomoção, restando 34% não fizeram referência ao meio de utilização de veículo locomotor.

Com relação aos assentamentos na região em estudo, de acordo com Medeiros (2007), convém dizer que esses assentamentos realizados na região da campanha gaúcha (mais especificamente os realizados na regional de Bagé), no final da década de 1980 e início da década de 1990, apresentaram uma série de dificuldades econômicas, estruturais, locacionais e políticas transformadas em motivo de lutas e reivindicações, que contribuíram de certa forma para o atraso no seu desenvolvimento. A falta de apoio por parte do governo Estadual e Federal, foi um dos principais obstáculos para desenvolver esses assentamentos uma vez que não foram liberados recursos para a alimentação, auxílio moradia, obras públicas, e obras de infra-estrutura.

Para esta mesma autora (idem), mesmo sem o auxílio dos órgãos competentes os assentamentos de Hulha Negra começaram a produzir alimentos para a subsistência e para o comércio. Os pequenos produtores em um período de tempo curto demonstraram através do aumento da produção e da produtividade a sua importância para a região.

Medeiros (2007) destaca que é dentro dessa luta pela conquista do espaço social e do território, através da organização dos movimentos sociais, de seus sujeitos, de suas contradições e perspectivas, que convém considerar a dimensão de poder que se faz presente tanto no espaço local quanto no global, contribuindo-se assim, com o desenvolvimento do processo de produção para o atendimento das necessidades de consumo da sociedade.

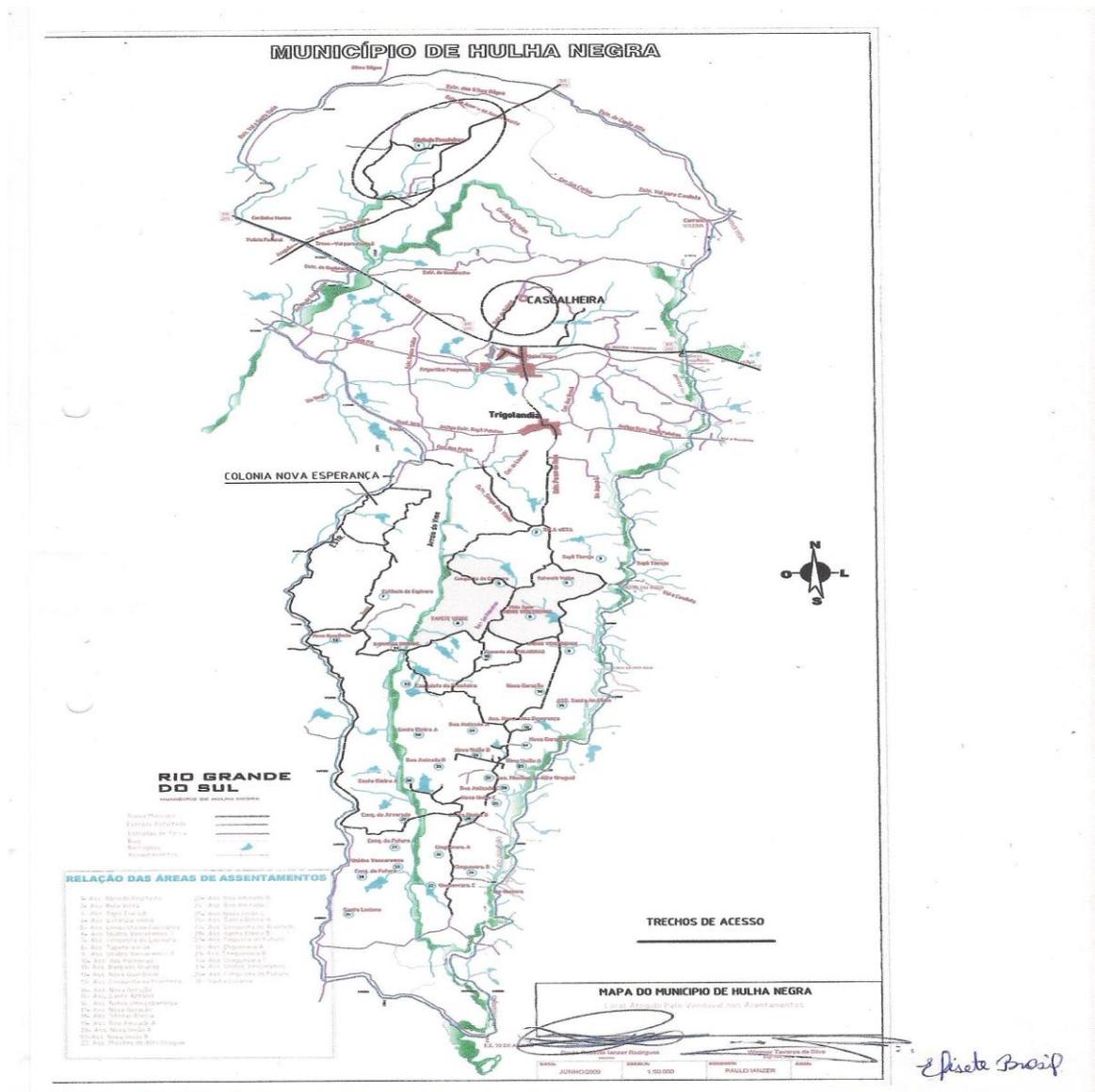
É possível afirmar que a instalação dos assentamentos em Hulha Negra promoveu mudanças na economia do município, na organização do seu espaço rural e conseqüentemente no perfil de sua população uma vez que são 1016 famílias ali assentadas (Tabela 08).

Tabela 08: Número de assentamentos e famílias por município na Regional de Bagé

Bagé	1	80
Aceguá (município criado em 2001)	1	113
Candiota	23	666
Hulha Negra	28	1016
Total	53	1875

Fonte: MEDEIROS (2007)

Figura 01: Mapa do município e dos assentamentos



Características socioeconômicas dos beneficiários

Este item tem por objetivo contemplar a situação as características socioeconômicas dos indivíduos beneficiários pelo PBF.

Assim, observa-se na Tabela 09, quando questionado sobre a quantidade de membros da família que trabalham, que a grande maioria, ou seja, 79% apontou, numa escala de 01 a 03 membros, que algum membro da família trabalha. Desta totalização de questionados (29=100%), outros 10,5% não responderam ao questionamento e a mesma porcentagem se referiu que nenhum membro da família trabalha.

Tabela 09: Totalização de membros da família que trabalham

Totalização de trabalhadores na família	De 01 a 03 (%)	Não trabalham (%)	Não respondeu (%)
(29=100%)	79% (23)	10,5% (03)	10,5% (03)

Vínculo empregatício	Agricultores (%)	Autônomos (%)	Emp. Doméstica (%)	Não respondeu/Não trabalha (%)
(29=100%)	48% (14)	31% (09)	10,5% (03)	10,5% (03)

Quanto ao tipo de vínculo empregatício, os dados encontrados condizem que a maioria dos beneficiários encontra-se na situação de agricultores (48%), outros 31% se consideram como autônomos; 10,5% são empregadas domésticas, sendo que este mesmo índice foi encontrado para a questão “não trabalha” e “não responderam” a este questionamento, respectivamente.

No questionamento seguinte, os dados encontrados são de suma importância para o contexto que se trata neste estudo. Isto é, trata-se da renda individual e dos membros das famílias beneficiárias.

Para tanto, com o objetivo de melhor compreender estes índices, criou-se faixas salariais, como se demonstra na Tabela 10. Assim, percebe-se que entre R\$ 70, 00 e R\$ 150,00 estão 41,5% dos beneficiários. Isto é, pode-se dizer que a maioria destes beneficiários apontou que vive apenas com esta renda, sendo, portanto, considerados como situação de “extrema pobreza”, pois, além de terem que atender suas necessidades básicas de sobrevivência, ainda necessita que este valor seja dividido entre seus membros familiares como se mostrou na tabela 06, quando foi apresentado o número de filhos, de dependentes e de membros familiares.

Na mesma tabela (Tabela 10), 31% alcançam a renda que compreende de R\$ 151,00 a R\$ 300,00, enquanto que 14% tem sua renda individual entre R\$ 301,00 a R\$ 600,00. Ainda, há que se destacar que 07% apontou que não possui renda alguma, o que se deve desconsiderar neste contexto, pois em se tratando de beneficiário, deve no mínimo receber algum valor financeiro. A mesma porcentagem (07%) também foi encontrada aos índices que não responderam a este questionamento.

Tabela 10: Renda individual do beneficiário

Renda individualizada	De R\$ 70 a R\$ 150 (%)	De R\$ 151 a R\$ 300 (%)	De R\$ 301 a R\$ 600 (%)	Não possui renda (%)	Não respondeu (%)
(29=100%)	41% (12)	31% (09)	14% (04)	07% (02)	07% (02)

Na tabela 11, os dados encontrados se referem à renda dos membros que compõe a família do beneficiário. Entretanto, salienta-se que estes dados não apresentam alterações significativas, embora se perceba variações na faixa que compreende os valores de R\$ 151,00 a R\$ 300,00, acredita-se que ainda assim, são valores relativamente baixos que possa elevar a condição socioeconômica destes indivíduos. Isto é, ainda podem ser considerados insuficientes para suprirem as necessidades básicas deste grupo populacional.

Tabela 11: Renda total da família do beneficiário

Renda total familiar	De R\$ 70 a R\$ 150 (%)	De R\$ 151 a R\$ 300 (%)	De R\$ 301 a R\$ 600 (%)	Acima de R\$ 600,00 (%)
(29=100%)	24% (07)	41% (12)	28% (08)	07% (02)

Neste contexto, convém salientar ainda que houve outros questionamentos, porém, cabe dizer que foi questionado se havia outras rendas e se o beneficiário possui algum curso de capacitação profissional. Para o primeiro, todos foram unânimes em afirmar que “não” e 10,5% dos beneficiários apontou que possuem cursos profissionais.

Beneficiários do PBF

Esta categoria teve por objetivo contemplar os questionamentos que embasam as situações vividas pelos beneficiários. Ou seja, procurou-se compreender os motivos pelos quais o indivíduo é beneficiário, assim como o efeito do PBF na renda familiar e se melhora as condições e qualidade de vida destes sujeitos e, ainda, se atende as suas necessidades básicas ou não.

Sendo assim, de acordo com a tabela 12, os dados encontrados revelaram que 83% são beneficiários do PBF em função da baixa renda e /ou por se encontrar na situação de extrema pobreza, outros 17% não responderam ao questionamento.

Tabela 12: Motivo pelo qual é beneficiário/Tempo de benefício

Motivo x benefício	Baixa renda/pobreza (%)	Não respondeu (%)
(29=100%)	83% (24)	17% (05)

Tempo x benefício	De 0 a 1 ano (%)	De 1 a 3 anos (%)	De 3 a 5 anos (%)	+ de 5 anos (%)	Não respondeu (%)
(29=100%)	07% (02)	10,5% (03)	3,5% (01)	68,5% (20)	10,5% (03)

Quanto ao tempo em que são beneficiários, encontrou-se que 68,5% estão na condição de beneficiário há mais de cinco anos, enquanto 07% encontram-se na faixa entre 0 a 1 ano; entre 01 e 03 anos 10,5%, de 03 a 05 anos, 03,5% e não responderam ao questionamento 10,5% dos entrevistados.

Na tabela seguinte (Tabela 13), o questionamento teve como fundamento buscar conhecer qual o efeito da renda do benefício no contexto familiar, bem como se o valor recebido melhora suas condições de vida. Assim, encontrou-se que a grande maioria, isto é, 82,5% apontou que o valor recebido aumenta “mais ou menos” a sua renda, outros 10,5% consideram que aumenta “muito” sua renda e, 07% não responderam ao questionamento.

Tabela 13: Melhoria sobre as condições de vida do beneficiário/Atendimento das necessidades básicas

Condições de melhoria de vida do beneficiário	Mais ou menos (%)	Muito (%)	Não respondeu (%)	
(29=100%)	82,5% (24)	10,5% (03)	07% (02)	

Valor recebido x necessidades básicas	Sim (%)	Não (%)	Mais ou menos (%)	Não respondeu (%)
(29=100%)	79% (23)	14% (04)	03,5% (01)	03,5% (01)

Para finalizar, no que diz respeito se o benefício melhora sua condição de vida e se ele é suficiente para atender suas necessidades básicas. Assim, de acordo com os dados encontrados, nota-se que 79% acredita nesta possibilidade, enquanto que 14% acredita que “não” é suficiente para melhorar suas condições de vida. O mesmo índice (03,5%) foi encontrado para a resposta “mais ou menos” e não respondeu ao questionamento.

No que diz respeito se o valor recebido é suficiente para atender as suas necessidades básicas, todos os beneficiários (96,5%) responderam que este valor recebido não é suficiente, considerando-se que apenas 01 (03,5%) beneficiário não apresentou resposta para o item.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolver um estudo cujo foco tenha direção na busca do entendimento de como a economia pode ser inserida no conjunto de atividades humanas e, assim, contribuir para a integração da totalidade da vida humana e dignidade do homem, são tarefas extremamente importantes e, ao mesmo tempo, gratificantes. Isto porque se tem conhecimento que as relações econômicas no mundo de hoje são guiadas por princípios excludentes e, se assim permanecer, acabará contribuindo para a morte e não para a vida humana.

Deve-se, portanto, através do desenvolvimento de políticas públicas, propor ações que efetivamente possam estar voltadas, exclusivamente, em defesa deste grupo populacional. Isto é, voltadas àqueles que têm suas vidas ameaçadas pelos desequilíbrios econômicos, que encontram-se em situações de vulnerabilidade, miserabilidade, e, conseqüentemente, marginalidade.

Neste sentido, desenvolveu-se o presente estudo, cujo objetivo foi analisar o perfil socioeconômico das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família no município de Hulha Negra/RS, bem como analisar os impactos que o acesso a esse programa tem sobre o contexto familiar das famílias beneficiárias. Entretanto, para que se pudesse chegar neste contexto, foi necessário recorrer à literatura pertinente, de modo que se obtivesse conhecimento necessário para subsidiar esta pesquisa.

Sendo assim, de acordo com dados coletados na pesquisa realizada, pode-se dizer que há beneficiários que apontam para a otimização do programa. Porém, também há aqueles que afirmam que os valores recebidos não são suficientes para sanar suas necessidades básicas, contribuindo assim, para o perverso e crescente aumento das desigualdades sociais e, conseqüentemente, contribuindo para a violação e privação dos direitos humanos.

Sendo assim, convém dizer que a superação desta violação e / ou privação, passa, necessariamente, pela compreensão das alternativas e realizações de diagnósticos coerentes com a natureza das situações sociais em que se encontram estes sujeitos, de modo que se possa contemplar suas necessidades básicas, não apenas com programas de doações, mas com políticas de inserção social, como emprego, geração de renda e a reconstrução de uma cidadania apropriada ao ser humano.

De qualquer forma, acredita-se que este passo, mesmo que ainda se considere tímido, é um marco importante no que se refere às políticas públicas de inclusão social e de combate à fome no país, pois seu objetivo tem por fundamento, garantir o direito de todos a uma alimentação saudável e adequada, embora se tenha conhecimento que os valores monetários repassados às famílias são muito baixos e insuficientes para se constituir, verdadeiramente, como uma política pública eficaz na redução da pobreza e da miséria.

Assim, diante do que foi pesquisado nos referenciais bibliográficos e colocado pelos beneficiários ao longo deste trabalho, fica explícita a contribuição significativa que o PBF pode proporcionar a este grupo populacional. Isto é, contribuir para a ampliação da possibilidade do exercício da autonomia e, ao mesmo tempo, compor o que chamamos de direitos humanos básicos, de modo que se possa acreditar numa perspectiva de uma vida digna e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, que certamente, parte de ações estratégicas como esta que se apresenta neste trabalho.

REFERÊNCIAS

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. Manifestações da Questão Social no Brasil. In: Violência, Exclusão Social e Desenvolvimento Humano: Estudos em Representações Sociais. Orgs. Angela Maria de Oliveira Almeida et al. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2006. pp. 27-37.

BAJOIT, G. Olhares sociológicos, rostos da pobreza e concepções do trabalho social. In: Casimiro M. B. et al (Org.). **Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social**: uma abordagem transnacional. Ijuí: Ed. Ijuí, Coleção método e teorias, 2006.

BRASIL. IBGE - Perfil Municipal – 2008. Disponível em: www.portalodm.com.br/relatorios/PDF/gera_PDF.php?cidade>Acesso em junho/2012.

_____. FOME ZERO. Disponível em: <http://www.fomezero.gov.br>>Acesso em jul/2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acessado em jan/jul2012.

_____. Ministério da Saúde – DATASUS. (BRASIL, 2010). Disponível em: www.portalodm.com.br/relatorios/PDF/gera_PDF.php?cidade>Acesso em junho/2012.

_____. Ministério da Educação – INEP. Disponível em: www.portalodm.com.br/relatorios/PDF/gera_PDF.php?cidade>Acesso em junho/2012.

_____. SIAB – DATASUS. (BRASIL, 2010). Disponível em: www.portalodm.com.br/relatorios/PDF/gera_PDF.php?cidade>Acesso em junho/2012.

BREMAEKER, François E. J. de. **A pobreza em nível municipal**. Salvador: Associação Transparência Municipal, 2010. Disponível em: www.tmunicipal.org.br>Acesso em: jul/2012.

BUENO, M. Bolsa Família é um direito humano (Marina Bueno) Global Brasil. Rede Universidade Nômade. Disponível em: <http://www.revistaglobalbrasil.com.br/?p=362>. Acesso em fev/2012.

DEMO, P. **Pobreza da pobreza**. Petrópolis: Vozes, 2003.

DIAS, Carlos Roberto Pereira. **Pobreza, exclusão social e desenvolvimento social**: uma análise comparada dos bairros Cachoeirinha e Jardim Aeroporto na cidade de Bocaiuva-MG. Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS. Montes Claros, Abril de 2010. Disponível em: [4http://www.repositorio.ufma.br:8080/jspui/bitstream/1/162/1/A%20trajetoria%20dos%20programas%20de%20transferencia%20de%20renda%20e%20seus%20desafios%20atuais.pdf](http://www.repositorio.ufma.br:8080/jspui/bitstream/1/162/1/A%20trajetoria%20dos%20programas%20de%20transferencia%20de%20renda%20e%20seus%20desafios%20atuais.pdf)>Acesso em maio/2012.

KRAUSZ, R. **Compartilhando o poder nas organizações**. São Paulo: Nobel, 1991.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados.** São Paulo: Atlas, 2008.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira Medeiros. **re-territorialização e identidade. o significado dos assentamentos para a economia dos municípios: os casos de Hulha Negra, Aceguá e Candiota na Campanha Gaúcha (RS).** Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 28 de maio - 1 de junho de 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004, 2008.

MOREIRA, Adriana Rochas de Carvalho Fruguli. **Políticas e programas de combate à pobreza e desenvolvimento das capacidades humanas: uma análise comparativa dos municípios do estado do Mato Grosso do Sul.** Disponível em: www.pucrs.br/eventos/alcadeca/.../politicas-combate-pobreza.doc>Acesso em jul/2012.

ROCHA, Sônia. **Pobreza: evolução recente e as portas de saída para os pobres.** Miméo (prochaine publication dans PAL), Forum Nacional, Rio de Janeiro, 2006. ROS, J. (2004): El creci.

RODRIGUES, Eduardo Vítor et al. **A pobreza e a exclusão social: teorias, conceitos e políticas sociais em Portugal.**

SALAMA, P.; DESTREMAU, B. Tradução. Heloísa B. **O tamanho da pobreza: economia política da distribuição de renda.** Rio de Janeiro: Gramond Universitária, 1999.

SANTANA, Jomar Álace. **A evolução dos programas de transferência de renda e o Programa Bolsa Família.** Trabalho apresentado no Seminário População, Pobreza e Desigualdade, realizado em Belo Horizonte – Brasil, de 5 a 7 de novembro de 2007.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira.** Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 2 p. 155-163 jul./dez. 2010

STREY, M.N.; KAPITANSKY, R.C. **Educação e Internet.** São Leopoldo/RS: Sinodal, 2011.

VÍCTORA, G.C; KNAUTH, R.D; HASSEN, M. de N.A. **Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema.** Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000. 136p.

WANDERLEY, M.B. **Metamorfoses do desenvolvimento de comunidade e suas relações com o serviço social.** São Paulo: Cortez, 1998.

ZIMMERMANN, C.R. **O Programa Bolsa Família sob a ótica dos direitos humanos.** Disponível em: http://www.pgpp.ufma.br/eventos/documentos_download.php?id=44. Acesso em fev/2012.

APÊNDICES

Modelo de Questionário aplicado aos BENEFICIÁRIOS do PBF

<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DEPARTAMENTO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS</p>
<p>CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS A DISTÂNCIA</p>
<p>Sr(a) Beneficiário, esta pesquisa é parte integrante do trabalho de Conclusão de Curso, denominado ESTUDO SOCIOECONÔMICO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE HULHA NEGRA-RS, da acadêmica ELISETE FARIAS BRASIL. Sendo assim, sua participação é fundamental e importante para o desenvolvimento do mesmo.</p>

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO BENEFICIÁRIO

1 - CARACTERÍSTICAS GERAIS DO BENEFICIÁRIO

Naturalidade/Nacionalidade:

Sexo:

Estado Civil:

Raça/Cor:

Grau de Instrução do beneficiário:

Tem Filhos? Quantos? Idade:

Escolaridade de cada filho:

Série de cada filho:

Dependentes que residem sob sua responsabilidade:

Total de membros da unidade familiar:

2 - CONDIÇÕES DOMICILIARES DO BENEFICIÁRIO:

Condições de moradia do beneficiário: própria ou alugada?

Tipo de moradia:

Zona Urbana:

Zona Rural:

Quantos cômodos:

Saneamento básico:

Água: Luz: Esgoto: Coleta Lixo:

Sistema de Transporte:

3 - CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DOS BENEFICIÁRIOS:

Quantos membros da família trabalham:

Qual o tipo de emprego:

Qual o vínculo empregatício:

Outras situações:

Qual a Renda individual do beneficiário:

Qual a Renda total da família:

Outras Rendas:

Possui algum curso de capacitação profissional

4 - O BENEFICIÁRIO NO PROGRAMA BF

Motivo pelo qual é beneficiário do PBF:

Valor total mensal recebido do PBF:

Tempo que recebe o benefício:

Qual o efeito do PBF na renda familiar: aumenta muito, mais ou menos ou nada?

O PBF melhora as condições de vida do beneficiário:

O valor recebido é suficiente para atender as necessidades básicas:

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Senhor (a) está convidado a participar desta entrevista, para pesquisa de TCC (TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO), cujo Título é “ESTUDO SOCIOECONÔMICO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE HULHA NEGRA-RS”.

Sua participação e respostas serão tratadas de forma **anônima e confidencial**, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada uma vez que seu nome será substituído de forma aleatória. Os dados coletados serão utilizados apenas NESTA pesquisa e os resultados obtidos em eventos e/ou revistas científicas.

Sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento você pode recusar-se a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição que forneceu os seus dados como também na que trabalha.

Elisete Farias Brasil
(Graduanda em Ciências Econômicas da UFSC – Pólo de Hulha Negra/RS)

Declaro estar ciente do inteiro teor deste TERMO DE CONSENTIMENTO livre e esclarecido, e estou de acordo em participar do estudo proposto, sabendo que dele poderei desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento.

Sujeito da Pesquisa: _____

Assinatura